



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA**



ORIENTANDA: ELAINE PAIVA DE ASSUNÇÃO

**O ACESSO À INFORMAÇÃO PARA COMUNIDADES RURAIS: UMA
ALTERNATIVA PARA A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE
PARELHAS/RN**

**ORIENTADORA: PROF.^a MSc. RENATA PASSOS
FILGUEIRA DE CARVALHO**

**NATAL
2007**

ELAINE PAIVA DE ASSUNÇÃO

O ACESSO À INFORMAÇÃO PARA COMUNIDADES RURAIS: UMA
ALTERNATIVA PARA A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO
DE PARELHÁS/RN

Monografia apresentada a Disciplina
Monografia, ministrada pela
Professora Maria do Socorro de
Azevedo Borba para fins de
avaliação da disciplina e como
requisito parcial para a conclusão do
Curso de Biblioteconomia, do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas, da
Universidade Federal do Rio Grande
do Norte.

Orientadora: Prof.^a M.Sc. Renata Passos Filgueira
de Carvalho

NATAL
2007

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA
Divisão de Serviços Técnicos

Assunção, Elaine Paiva de.

O acesso à informação para comunidades rurais : uma alternativa para a conscientização ambiental no município de Parelhas/RN / Elaine Paiva de Assunção. - Natal, 2007.

77 f.

Orientadora: Prof^a. MSc. Renata Passos Filgueira de Carvalho.

Monografia (Graduação em Biblioteconomia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Biblioteconomia.

1. Biblioteconomia - Monografia. 2. Informação - Monografia. 3. Comunidades rurais - Monografia. 4. Educação ambiental - Monografia. I. Carvalho, Renata Passos Filgueira de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 021.2:504 (813.2)

ELAINE PAIVA DE ASSUNÇÃO

O ACESSO À INFORMAÇÃO PARA COMUNIDADES RURAIS: UMA
ALTERNATIVA PARA A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NO MUNICÍPIO
DE PARELHÁS/RN

Monografia apresentada a Disciplina
Monografia, ministrada pela
Professora Maria do Socorro de
Azevedo Borba para fins de
avaliação da disciplina e como
requisito parcial para a conclusão do
Curso de Biblioteconomia, do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas, da
Universidade Federal do Rio Grande
do Norte.

Monografia aprovada em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a M.Sc. Renata Passos Filgueira de Carvalho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Orientadora)

Prof.^a M.Sc. Maria do Socorro de Azevedo Borba
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Prof.^a da Disciplina)

Prof.^a M.Sc. Luciana Moreira de Carvalho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
(Membro)

Dedico este trabalho a Deus, pelas vitórias conquistadas; a minha mãe, exemplo de mulher batalhadora e aos meus queridos irmãos George e Gilberto, pelo incentivo, amizade e apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a **Deus**, meu Pai maravilhoso e amigo de todas as horas, por ter me dado a dádiva da vida, saúde e forças para poder seguir em frente na busca dos meus objetivos;

A meus pais **Edite** e **Geraldo**, por serem o alicerce da construção do meu ser; aos meus queridos irmãos **Gilberto** e **George**, pela amizade e confiança que nos une a cada dia; as minhas primas **Ana Paula** e **Lúcia**, pela disponibilidade de tempo e atenção dispensados;

A minha orientadora, Prof.^a **Renata Passos**, pela paciência, sugestões e dedicação durante a consecução deste;

A Prof.^a **Socorro Borba** e demais professoras do Curso de Biblioteconomia, por transmitirem seus saberes e pelos anos de convivência;

À **Andréa, Karla Lidiane, Mychelle, Verônica, Daniele, Kátia, Sunamita, Simone, Juliane, Patrícia Souza, Sebastião Neto, Almir Eduardo e Antônio Filho** por todos os momentos da nossa vida acadêmica;

A **Vera Lúcia Lopes de Castro** e **Jeni Melo de Moraes**, pelo apoio, sugestões e disponibilidade dos materiais que tanto enriqueceram esta pesquisa;

A **Carlos Nobre** e **João Batista**, pela imensa ajuda no meu deslocamento às comunidades rurais;

A Bibliotecária **Cirlene Melo**, pelas dúvidas solucionadas;

A minha cunhada **Juciara**, pela amizade e a minha linda sobrinha **Helena**, pela alegria e carinho proporcionado;

A minha amiga **Areta Martins**, pelos laços de amizade que nos cerca;

Aos amigos **Thiago, Soraya e Isaac**, da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos;

A **Rodrigo**, pelo carinho e atenção;

As Comunidades de **Cachoeira, Juazeiro e Santo Antônio da Cobra**, pelo enorme carinho com que me receberam;

A todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho...

MEU MUITO OBRIGADA!

"A terra reclama
Sem roupa estou
Fiquei descoberta
O sol me queimou
As minhas vestes
O homem cortou
Jogou no fogo
Despida estou
A minha beleza
Sem brilho ficou
Tornei-me deserta
Não tenho valor."

Terezinha Tavares
(Poetisa, moradora da Comunidade Juazeiro, 2002)

RESUMO

Apresenta o acesso à informação para comunidades rurais do semi-árido, com vistas à conscientização e educação ambiental. Enfoca a caracterização de comunidades rurais do semi-árido norte-riograndense, bem como seus problemas ambientais. Aborda a caracterização do semi-árido brasileiro e seus impactos ambientais, assim como a conscientização ambiental e a problemática da educação nesta região. Ressalta a importância do acesso informacional para a transferência da informação. Identifica o papel do profissional da informação como agente disseminador no tocante a busca e recuperação da informação. Traça como objetivo analisar a possibilidade de acesso à informação nas áreas em processo de desertificação. Enfatiza a adoção de uma política de desenvolvimento sustentável para a região do semi-árido. Utiliza como metodologia a realização de entrevistas com habitantes de região semi-árida na qual há severos problemas ambientais, fazendo comparações. Constata que o acesso, como também a divulgação de informações em comunidades rurais é fundamental para uma maior conscientização e educação ambiental para a preservação do meio ambiente.

Palavras-chave: Acesso à informação. Política de desenvolvimento sustentável. Educação ambiental. Conscientização ambiental.

ABSTRACT

This work aims to present access to information on behalf of rural communities of the semi-arid. This is done aiming conscientization for educational environment. Thus, the work deals with rural communities of the semi-arid and their environmental issues in Rio Grande do Norte. A characterization of Brazilian semi-arid and their environmental impacts are seen, as well as the environmental conscience and the education problematics of the region. The importance of information access and transfer is dealt with. There is the identification of the information professional as an information disseminator related to information retrieval. The objective was to analyze the possibility of information access in the desertification process. The adoption for a sustainable development politics for the semi-arid region is seen here. The methodology used was of interviews with the inhabitants of the semi-arid, where it is possible to observe grave environmental problems. The access and information divulgence in rural communities is fundamental for greater conscientization, environmental education and preservation.

Key-Words: Information Access. Sustainable Development Politics. Environmental Education. Environmental Conscience.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 1 - Localização das Comunidades rurais de Cachoeira, Juazeiro e Santo Antônio da Cobra	15
FOTOGRAFIA 1 - Comunidade Cachoeira	17
FOTOGRAFIA 2 - Queijeira da Comunidade Cachoeira.....	18
FOTOGRAFIA 3 - Escola Estadual Bernardino de Sena	20
FOTOGRAFIA 4 - Capela da Virgem dos Pobres	21
FOTOGRAFIA 5 - Posto de Saúde da Comunidade Juazeiro	22
FOTOGRAFIA 6 - Comunidade Santo Antônio da Cobra	24
FOTOGRAFIA 7 - Igreja da Comunidade Santo Antônio da Cobra.....	25
FOTOGRAFIA 8 - Centro Social Severino Rodrigues de Sena	25
FOTOGRAFIA 9 - Escola Estadual Manoel Noberto	25
FOTOGRAFIA 10 - Rejeito de Cerâmica Vermelha na Comunidade Cachoeira.....	27
FOTOGRAFIA 11 - Cerâmica Comunitária de Santo Antônio da Cobra.....	28
GRÁFICO 1 - Problemas Ambientais da Comunidade Juazeiro	53
GRÁFICO 2 - Problemas Ambientais da Comunidade Santo Antônio da Cobra	53
GRÁFICO 3 - Problemas Ambientais da Comunidade Cachoeira.....	53
GRÁFICO 4 - Acervo da Biblioteca da Comunidade Santo Antônio da Cobra	57
GRÁFICO 5 -Acervo da Biblioteca da Comunidade Juazeiro.....	57
GRÁFICO 6 - Acervo da Biblioteca da Comunidade Cachoeira.....	57
GRÁFICO 7 - Locais para implantação da biblioteca na Comunidade Juazeiro.....	58

GRÁFICO 8 - Locais para implantação da biblioteca na Comunidade Santo Antônio da Cobra.....	58
GRÁFICO 9 - Locais para implantação da biblioteca na Comunidade Cachoeira	58
GRÁFICO 10 - Perfil sugerido pelos entrevistados da Comunidade Juazeiro.....	59
GRÁFICO 11 - Perfil sugerido pelos entrevistados da Comunidade Santo Antônio da Cobra.....	59
GRÁFICO 12 - Perfil sugerido pelos entrevistados da Comunidade Cachoeira	59

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	AS COMUNIDADES RURAIS DE CACHOEIRA, JUAZEIRO E SANTO ANTÔNIO DA COBRA E OS IMPACTOS AMBIENTAIS...	14
3	O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO X IMPACTOS AMBIENTAIS	29
3.1	CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO	31
3.2	A EDUCAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO.....	34
4	O ACESSO INFORMACIONAL EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO	39
5	O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO COMO AGENTE DISSEMINADOR	43
6	METODOLOGIA	48
6.1	UNIVERSO	48
6.2	SUJEITOS.....	48
6.3	INSTRUMENTOS.....	48
6.4	PROCEDIMENTOS.....	49
7	ANÁLISE DOS DADOS	50
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	63
	APÊNDICE	67
	ANEXO	70

1 INTRODUÇÃO

Considerando as questões do acesso informacional em comunidades rurais no semi-árido brasileiro, é imprescindível que seja adotada uma política séria para o desenvolvimento sustentável, visando à conscientização e educação ambiental por parte da população desta região. Neste aspecto, o processo de degradação ambiental no semi-árido vem sendo cada vez mais impulsionado pelas indústrias de cerâmicas locais, que necessitam constantemente de lenha para a alimentação de seus fornos, levando ao agravamento de problemas ambientais como o desmatamento e a desertificação, que são um dos mais preocupantes. Desta forma, o adequado acesso à informação, assim como seu tratamento são primordiais para uma conscientização e educação ambiental eficaz.

Para se alcançar uma educação voltada para a preservação ambiental, primeiramente é preciso ter consciência de que a informação é um instrumento básico para a realização das ações previstas, considerando-se ainda que esta situação seja indispensável para o desenvolvimento pessoal e social de cada um. Deste modo, se faz necessário o incentivo à pesquisa e leitura, bem como a conscientização dos impactos ambientais, tendo em vista a preservação do meio ambiente, para que seja alcançada uma melhor qualidade de vida.

Assim sendo, o tema apresentado foi "o acesso à informação para comunidades rurais do semi-árido", o qual partiu das seguintes problematizações: O acesso à informação contribuiria para a construção da consciência ambiental? Será que a informação tem o tratamento adequado em relação ao combate à desertificação e a mitigação dos efeitos climáticos? De que forma a biblioteca reduziria o problema de acesso às informações nas comunidades rurais?

Diante disso, foram traçados os seguintes objetivos: como objetivo geral, analisar a possibilidade de acesso à informação nas áreas em processo de desertificação; como objetivos específicos, descrever o ambiente físico propício junto às comunidades a serem beneficiadas com a implementação de

bibliotecas, Identificar a forma de gestão destas bibliotecas e demonstrar a função do Profissional da Informação como agente disseminador.

A justificativa para o aprofundamento neste tema baseia-se na preocupação do tratamento da informação, bem como o acesso à esta, necessários para a conscientização e educação ambiental, com vistas ao combate à desertificação e mitigação dos efeitos climáticos, uma vez que a região do Seridó constitui um dos quatro núcleos de desertificação existentes no Brasil.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e eletrônica, as quais se constituíram através de pesquisas em livros, artigos de periódicos, trabalhos acadêmicos, eventos e ainda em *sites da web*. Para uma complementação mais consistente, também foi feita a pesquisa de campo, realizada com o propósito de conhecer a forma do acesso informacional nas comunidades rurais de Cachoeira, Juazeiro e Santo António da Cobra, localizadas respectivamente, a 12, 15 e 18 km, do município de Parelhas, no Estado do Rio Grande do Norte e também a necessidade e os anseios da população das referidas comunidades em relação à melhoria da qualidade de vida na região em que estão inseridas.

Esta pesquisa, que se constituiu em entrevistas abertas, visou atender a análise qualitativa e teve como princípios o acesso à informação nas comunidades citadas e a importância da implantação de bibliotecas. Vale salientar que o resultado alcançado é de suma importância, pois se trata de assunto atual, o qual aborda a temática da preservação ambiental, visando à melhoria da qualidade de vida e a uma política de desenvolvimento sustentável para o crescimento do semi-árido norte - riograndense.

Encontra-se estruturado da seguinte maneira: no capítulo posterior à introdução, foi abordado o histórico das comunidades rurais de Cachoeira, Juazeiro e Santo António da Cobra, objetos de estudo da presente pesquisa, no que diz respeito à sua localização, atividades produtivas e os impactos ambientais provocados.

No capítulo três, foi caracterizada a região do semi-árido brasileiro, no tocante à sua localização e impactos ambientais decorrentes. Dando continuidade, também foi explicitada a questão da conscientização ambiental e educação nesta região.

No capítulo quatro, foi exposto o acesso informacional em unidades de informação, que se constitui em um fator preponderante para a transferência informacional.

No capítulo cinco, foi focado o papel do Profissional da Informação como agente disseminador, quanto à busca informacional e recuperação da informação e a importância que este mediador possui neste processo.

No capítulo seis foi destacada a metodologia empregada na realização da presente pesquisa, caracterizando assim o universo, os sujeitos, os instrumentos e os procedimentos utilizados.

No capítulo sete foram interpretados e analisados os dados obtidos, focalizando a divulgação e a forma do acesso informacional nas comunidades, para a construção de uma conscientização quanto aos problemas ambientais locais, bem como os anseios das comunidades quanto à melhoria da qualidade de vida na região.

Diante desses resultados, também foi constatada a importância e necessidade da melhoria do acesso às informações, através da elaboração de cursos e projetos, como também a implantação de bibliotecas com horário de funcionamento flexível, local para a instalação deste prédio, a diversidade de materiais informacionais para a composição de seu acervo, perfil sugerido pelas comunidades para atuar na biblioteca e o período de empréstimo do material, tendo em vista o atendimento de toda população.

Conseqüentemente, são apresentadas as considerações finais deste trabalho, onde há a constatação de que o acesso, assim como a divulgação de informações em comunidades rurais é essencial para uma maior conscientização e educação para a preservação do meio ambiente.

2 AS COMUNIDADES RURAIS DE CACHOEIRA, JUAZEIRO E SANTO ANTÔNIO DA COBRA E OS IMPACTOS AMBIENTAIS

As comunidades rurais de Cachoeira, Juazeiro e Santo Antônio da Cobra abrangem uma área equivalente a 158Km² e estão localizadas a uma distância aproximada da sede municipal, respectivamente, de 12, 15 e 18 km, do município de Parelhas, que se situa a aproximadamente 240 quilômetros de Natal, na região do Seridó¹ do Rio Grande do Norte.

Tal região insere-se no semi-árido norte-riograndense e apresenta graves processos de degradação ambiental que, aliados às condições físico-ambientais, contribuem muito para o desequilíbrio ambiental, potencializando os impactos sobre os recursos naturais que conduzem à desertificação.

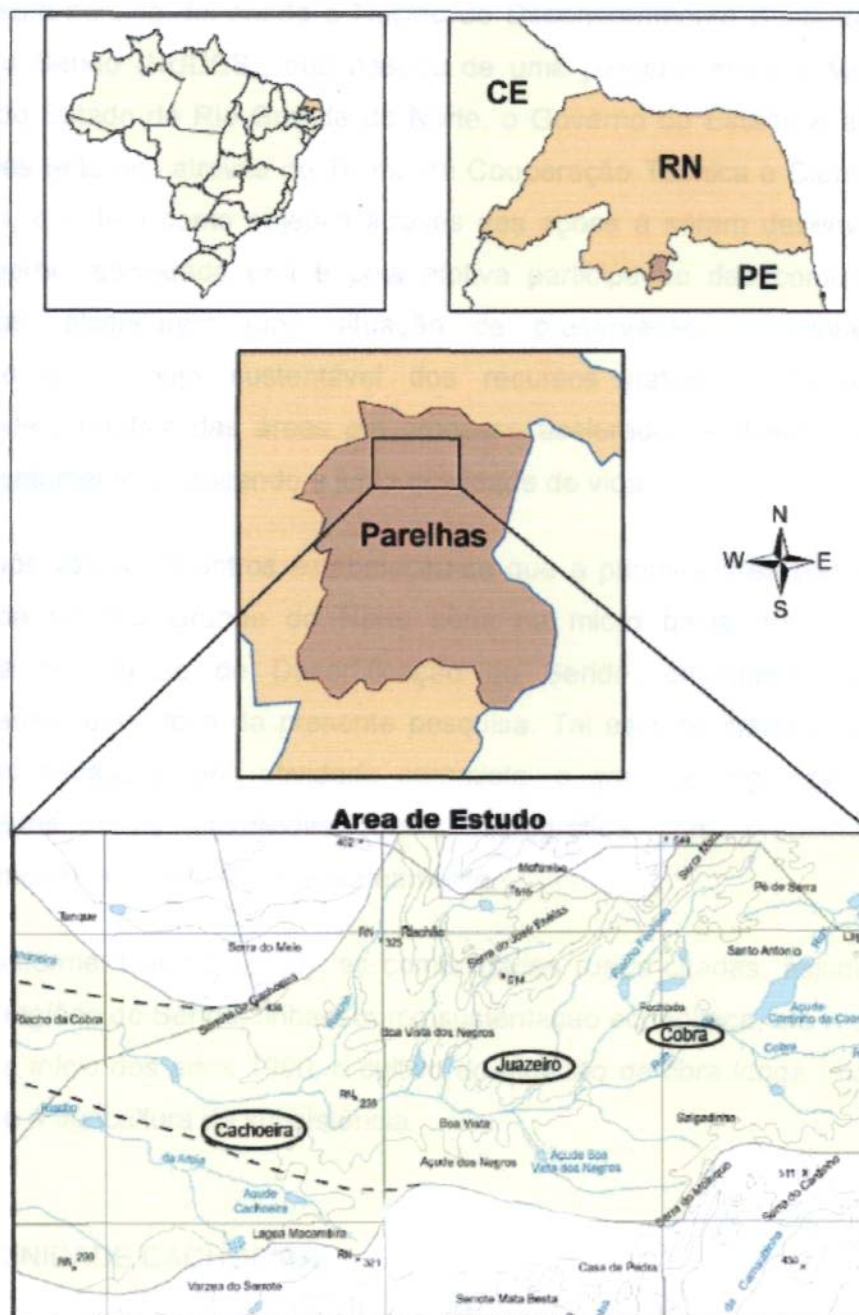
O semi-árido do Rio Grande do Norte cobre aproximadamente 90% de sua área territorial e se caracteriza por apresentar regime de chuvas disperso e irregular, evapotranspiração intensa com déficit hídrico em praticamente todos os meses do ano e solos rasos e de formação cristalina. (RIO GRANDE DO NORTE, 2005, p. 24).

As referidas comunidades, objetos desta pesquisa, estão inseridas na Microrregião Homogênea do Seridó, a qual abriga um dos quatro núcleos de desertificação no Brasil - o núcleo de desertificação do Seridó - devido à alta suscetibilidade a processos de desertificação naquele lugar. Este núcleo é formado por oito municípios: Parelhas, Acari, Currais Novos, Carnaúba dos Dantas, Cruzeta, Equador, Caicó e Jardim do Seridó.

De acordo com Moraes (2006), a desertificação atinge cerca de 38.630 km², ou seja, 72,5% da área territorial do Estado, onde a região do Seridó

¹ Os municípios que compõem o Seridó Norte-Riograndense são: Acari, Caicó, Currais Novos, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Parelhas, São João do Sabugi, Serra Negra, Cruzeta, Carnaúba dos Dantas, Ouro Branco, São Vicente, Florânia, Ipueira, Jucurutu, Lagoa Nova, Santana do Seridó, São Fernando, São José do Seridó, Timbaúba dos Batistas, Bodó, Campo Grande, Cerro Corá, Equador, Santana do Matos, São Vicente, Tenente Laurentino Cruz e Triunfo Potiguar.

apresenta um nível de suscetibilidade à desertificação considerada muito grave.



Mapa 1

Localização das comunidades rurais de Cachoeira, Juazeiro e Santo Antônio de Cobra.
Fonte: Trajano (2005, p.98).

Tendo em vista essas variáveis, foi proposta a constituição de um grupo de trabalho para a criação e implantação de Núcleos de Desenvolvimento Sustentável (NUDES), com áreas-piloto em todo o Estado do Rio Grande do Norte.

Neste sentido, foi criado o Núcleo de Desenvolvimento Sustentável da região do Seridó (NUDES), que nasceu de uma parceria entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, o Governo do Estado e algumas instituições federais, através do Termo de Cooperação Técnica e Científica nº 004/2004, que tem como objetivo através das ações a serem desenvolvidas pelo governo, sociedade civil e pela efetiva participação das comunidades envolvidas, alcançarem uma situação de preservação, conservação e promoção do manejo sustentável dos recursos naturais, ampliando a capacidade produtiva das áreas em processo acelerado de desertificação e consequentemente alcançando justa qualidade de vida.

Após vários encontros estabeleceu-se que a primeira área piloto a ser implantada no Rio Grande do Norte seria na micro bacia do rio Cobra, localizada no Núcleo de Desertificação do Seridó, englobando as três comunidades rurais foco da presente pesquisa. Tal escolha justifica-se pelos problemas causados pela atividade ceramista, o grau de organização das comunidades rurais envolvidas, bacia hidrográfica com problemas de desmatamento de mata ciliar e assoreamento.

Conforme Trajano (2005), as comunidades rurais citadas, assim como todas as regiões do Seridó, tinham como sustentação econômica, até a década de 1980 e início dos anos 1990, o cultivo do algodão de fibra longa (mocó), a pecuária e a agricultura de subsistência.

2.1 COMUNIDADE CACHOEIRA

A comunidade Cachoeira encontra-se a 12 km de Parelhas (sede do município) e integra o ecossistema denominado Caatinga. O trajeto é feito

através de estrada carroçável até atingir o asfalto, o qual se encontra em condições precárias.

Conforme Moraes e Nunes (2005), limita-se ao norte com a comunidade Serrote do Meio, município de Parelhas e comunidade Caatinga do Mocó (município de Jardim do Seridó); ao sul com a comunidade Várzea do Serrote, no município de Parelhas; ao leste com a comunidade Boa Vista dos Lucianos, no município de Parelhas e a oeste com a comunidade Recanto, no município de Jardim do Seridó.

Desde meados do ano de 1927 já havia pessoas habitando o povoado, sendo o primeiro morador um senhor de nome José Inácio. O proprietário das terras era um fazendeiro, que se chamava Antônio Adonis, plantador de algodão. A comunidade possui a denominação Cachoeira em razão da existência de uma queda d'água no Rio da Cobra.



Fotografia 1

Comunidade Cachoeira.
Fonte: Pesquisa de campo (2007).

A população residente é de 92 famílias, cada uma composta em média por quatro pessoas, o que pressupõe que esta comunidade possui uma população residente de 340 pessoas, aproximadamente.

A comunidade conta com um posto de saúde que recebe mensalmente a visita de um médico. Este posto desenvolve o Programa de Saúde Familiar (PSF), além dos serviços de enfermagem (curativos, injeção, vacina, aferição

da pressão arterial e visitas domiciliares). Para este trabalho, conta-se com uma estrutura de pessoal composta por duas auxiliares.

Com a fragilidade da economia motivada fortemente pelo clima, sempre houve reflexos diretos no nível de renda da população. Ao mesmo tempo, devem se considerar os reflexos negativos da semi-aridez nas demais condições naturais, ou seja, nos recursos hídricos, nas características dos solos, no modelamento da paisagem e na vegetação. (LÓCIO, 2000, p.89).

A região não oferece oportunidades para o pleno desenvolvimento das atividades econômicas; em se tratando da mulher, esta participa das atividades domésticas, dedicando-se à família e aos filhos e no mercado de trabalho, sua mão-de-obra, desvalorizada, é presente em trabalhos artesanais.

Na comunidade há uma queijeira comunitária que produz 240 kg de queijo por semana. Parte do leite utilizado na produção do queijo é proveniente da própria comunidade, o restante vem das propriedades vizinhas.



Fotografia 2

Queijeira da comunidade Cachoeira.
Fonte: Pesquisa de campo (2007).

De acordo com Trajano (2005), com relação a disponibilidade de matéria-prima e o dinamismo da atividade ceramista no município de Parelhas, o qual já contava com várias unidades em funcionamento, foram criadas olarias comunitárias na comunidade de Cachoeira. Desta forma, no ano de 1996 foi implantado o projeto de produção ceramista da Associação dos Oleiros da Comunidade Cachoeira (AOCC) e, em 1998, o projeto da Associação Comunitária da Cachoeira (ACC).

A cerâmica da Associação dos Oleiros da Comunidade de Cachoeira (AOCC) é constituída por 50 associados, sendo apenas 02 do sexo feminino. Produzem mensalmente 500 milheiros de telha sendo a mão de obra composta por 48 homens, todos provenientes da própria comunidade. O principal mercado consumidor da produção é o Estado da Paraíba (60%), PE, AL e BA. (MORAIS; NUNES², 2005, p.4).

A população desta comunidade conta com os serviços básicos como: Associação Comunitária, Queijaria comunitária, Cerâmica comunitária, Quadra poliesportiva, Igreja Católica, Escola Municipal, Creche municipal, agência de correio, telefone público e um posto de saúde.

Esta comunidade é predominantemente católica. Os festejos típicos são o São João, São Pedro, sendo a comemoração mais aguardada a Festa do Padroeiro São José Operário. Entre os atrativos destacam-se a novena e a peregrinação até o local escolhido para erguer a Capela de São José Operário.

A produção artesanal a partir da fibra do coqueiro e da palha da carnaúba (que se constituem em chapéus, bolsas) é quase nula apesar da notoriedade da habilidade dos artesãos da região do Seridó, pois o comodismo aliado à falta de incentivo e recurso dificulta o desenvolvimento de um arranjo produtivo de larga aceitação no mercado consumidor.

2.2 COMUNIDADE JUAZEIRO

A Comunidade Juazeiro está localizada a 15 km do município de Parelhas. A referida comunidade limita-se com o município de Carnaúba dos Dantas, com a comunidade Maracujá, com o povoado Santo Antônio, sítio Salgadinho e com o Sítio Boa Vista, essas últimas quatro localidades no município de Parelhas.

O acesso à Comunidade Juazeiro é feito por estrada de asfalto, seguindo por estrada carroçável, onde não há infra-estrutura básica.

² Numeração atribuída pelo pesquisador.

As origens e a ocupação do espaço das comunidades de Cachoeira, Santo Antônio da Cobra e Juazeiro inserem-se num contexto histórico mais amplo: o do processo de ocupação e organização de toda Região do Seridó. (TRAJANO, 2005, p.100).

De acordo com Moraes e Nunes (2004), a Comunidade Juazeiro teve início ao longo da margem esquerda do Rio da Cobra, onde morava o Senhor Bernardino de Sena e sua família. Este era uma pessoa influente junto ao Poder constituído do município de Parelhas, sendo também dono de grande parte das terras existentes na região.

O Senhor Bernardino providenciou alguns serviços básicos, dentre os quais uma escola que passou a funcionar em um salão, no ano de 1948, denominada Escola Isolada Bernardino de Sena.



Fotografia 3

Escola Estadual Bernardino de Sena
Fonte: Pesquisa de campo (2007).

Na margem direita do Rio da Cobra foi se formando um aglomerado. A população foi se mudando gradativamente da margem esquerda para a direita deste Rio.

O nome Juazeiro vem do local onde existia uma árvore dessa espécie, que era visitada com frequência pelo Senhor Bernardino de Sena. Assim, todas as vezes que alguém o procurava em sua residência, sua esposa informava que ele estava no Juazeiro. Desta forma, a frequência do fato consagrou assim o nome deste povoado.

Uma outra edificação do povoado foi a Capela dedicada à Virgem dos Pobres, por sugestão de Frei Pascoal, que fez a doação da imagem de origem

alemã. A construção, feita em regime de mutirão, no ano de 1970, foi acelerada quando uma criança foi reencontrada depois de ter se perdido.



Fotografia 4

Capela da Virgem dos Pobres. Fonte:
Pesquisa de campo (2007).

A migração da população do povoado para outras cidades e Estados está reduzida, depois da instalação das cerâmicas, nas quais há registro da existência de trabalhadores rurais residentes em outras localidades, destacando-se: Parelhas, a sede municipal e Boa Vista, uma comunidade próxima.

A maioria das propriedades rurais está parada. Muitos produtores trabalham atualmente nas cerâmicas, principal atividade produtiva. A agricultura é apenas um complemento. Quanto à pecuária, os caprinos são abatidos nas residências, pois não há matadouros.

A participação da mulher é irrelevante, pois a maioria destas fica em casa, se dedicando à família, posto que não há trabalho para estas.

Na comunidade Juazeiro há quatro cerâmicas: a cerâmica comunitária da Associação dos Produtores Oleiros do Povoado do Juazeiro (APROVE), cerâmica Tavares, cerâmica Barros e cerâmica Bernadete Medeiros (DIMDA).

Constituem -se em equipamentos básicos desta comunidade: Posto de Saúde, Escola Estadual, Quadra de Esportes, Vestiário, Lavanderia (atualmente desativada por falta de água), caixas d água que abastecem a

comunidade, posto telefônico com 04 orelhões públicos), antena parabólica receptora, uma creche, um dessalinizador e um correio comunitário.



Fotografia 5
Posto de Saúde da Comunidade Juazeiro.
Fonte: Pesquisa de campo. (2007).

Toda a água que abastece a comunidade vem de três poços, um deles com dessalinizador, cuja capacidade é de 1000L/dia. Os outros dois poços fornecem água encanada, porém salobra.

Na comunidade todas as casas possuem água encanada. No entanto, há problema de falta d'água na região mais elevada. Na zona rural existe grande quantidade de cata-ventos particulares.

O esgoto doméstico (constituído por águas residenciais oriundas da lavagem de louça, roupas e banho) deságua em um riacho que, posteriormente, desagua no Rio da Cobra, sendo utilizado para aguar capim.

2.3 COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DA COBRA

Localizada no município de Parelhas, a comunidade Santo Antônio da Cobra integra o ecossistema denominado Caatinga. Limita-se com o Sítio Lajedo, com a comunidade Carnaubinha, com o Sítio Coruja e com a comunidade Juazeiro.

A comunidade está localizada a 18 km do município de Parelhas e o trajeto também se dá através de estrada carroçável até atingir o asfalto, que se encontra, em alguns trechos, em condições precárias.

Segundo Moraes e Nunes (2005), um senhor chamado Severino Benedito, cuja família era devota de Santo Antônio, foi o fundador do povoado. Esta seria a razão do nome do povoado. A história contada por populares da referida comunidade explica algumas versões para o fato do complemento "Cobra" ter sido acrescentado ao nome do povoado:

> Nas proximidades, havia um Rio, cujo traçado do leito "desenhava" uma cobra serpenteando. Por causa desse formato, foi denominado pela população de Rio da Cobra. O povoado que já se chamava Santo Antônio, em homenagem ao Santo de devoção dos fundadores, passou a ser chamado de Santo Antônio da Cobra.

> Um proprietário de grande rebanho na região, chamado Manoel Noberto, marcava o gado com o ferro que desenhava as iniciais do seu nome juntas (mn) que se assemelhava a uma cobra. Como costumava criar os animais soltos, em qualquer lugar por onde estes passassem, o povo identificava como o gado da cobra. O costume popular consagrou com o nome de cobra o lugar onde morava o proprietário do rebanho. Daí o nome Santo Antônio da Cobra.

> Em meados do século XIX, um grupo de tropeiros (pessoas que conduziam jumentos carregados de mercadorias para serem vendidas em povoados distantes dos centros produtores), resolveu descansar no final do dia às margens de um rio, onde havia um tronco de árvore muito grande e grosso. Em cima daquele tronco colocaram as celas e foram dormir. Ao acordarem, verificaram que uma cobra enorme nadava no rio, conduzindo as selas dos jumentos. Concluíram então que o tronco de árvore não passava de ilusão. Tratava-se de uma imensa cobra. Desde aquele dia o rio passou a ser chamado Rio da Cobra. Portanto, o nome do povoado Santo Antônio da Cobra.



Fotografia 6

Comunidade Santo Antônio da Cobra
Fonte: Pesquisa de campo (2007).

Nesta comunidade, há um posto de saúde que recebe todo mês a visita de um médico. O referido posto desenvolve o Programa de Saúde Familiar (PSF), além de serviços de enfermagem, como curativos, injeções, vacinas, aferição da pressão arterial dentre outros. Para a execução destes trabalhos, há uma estrutura de pessoal, composta por uma enfermeira, duas auxiliares de enfermagem e dois agentes comunitários. Entre as doenças mais frequentes no povoado estão a hipertensão, diabetes e alcoolismo, este último relacionado com a ociosidade.

A comunidade é formada por pequenas propriedades que variam de 50 a 100 ha, onde há o cultivo de feijão, milho e batata e não se verifica a figura do trabalhador assalariado. Os proprietários, em alguns casos, disponibilizam suas terras para o cultivo, adotando o sistema de "meia"³. Em se tratando da mulher, estas, em modo geral, executam tarefas domésticas e, de forma incipiente, atuam no mercado de trabalho como professoras, pequenas comerciantes, funcionárias públicas e artesãs.

A população conta ainda com: a) lavanderia pública; b) matadouro; c) centro social; d) quadra de esportes; e) igreja católica; f) creche; g) escola de 1º grau; h) cemitério; i) agência de correio; j) posto de saúde; k) telefone público; l) clube de 3ª idade.

³ O sistema de "meia" se constitui no plantio feito em terrenos alheios por indivíduos que posteriormente repartem o resultado da produção com o proprietário.



Fotografia 7

Igreja da comunidade de Santo Antônio da Cobra.

Fonte: Pesquisa de campo (2007).



Fotografia 8

Centro Social Severino Rodrigues de Sena.

Fonte: Pesquisa de campo (2007).

Ainda em fase de organização, encontra-se o Museu da Cultura. Também em fase de estruturação encontra-se uma associação de artesãos denominada Chica Bacana. Na comunidade não existe o resgate da cultura popular, no que diz respeito à música, dança e teatro.

A população sente a necessidade de instalação de uma feira livre para comercialização de produtos diversos.

Há na comunidade uma escola estadual de 1^o grau, a Manoel Noberto, que funciona com Ensino Fundamental, a Educação Infantil e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).



Fotografia 9

Escola Estadual Manoel Noberto

Fonte: Pesquisa de campo (2007).

Por estarem localizadas em uma região semi-árida, de clima quente e seco, as comunidades de Cachoeira, Juazeiro e Santo Antônio da Cobra enfrentam sérios impactos ambientais, principalmente no que diz respeito à

diminuição dos recursos florestais. Trajano (2005, p. 66) afirma que "esses impactos estão associados, principalmente, às queimadas e aos desmatamentos intensivos (agropecuária extensiva, retirada de lenha para consumo energético e industrial)".

Convém ressaltar que o desmatamento interfere no âmbito socioeconômico dessas comunidades, o que leva ao processo da desertificação⁴, já que a lenha é retirada da vegetação para as indústrias de cerâmicas, uma das principais atividades produtivas das comunidades citadas.

O desmatamento da Caatinga nativa para as práticas agrícolas e a crescente venda de lenha às indústrias locais, associado à fragilidade dos ecossistemas naturais, entre outros fatores, tem potencializado a ocorrência da desertificação na região do Seridó, prejudicando, principalmente, a sua estrutura produtiva. (TRAJANO, 2005, p. 66).

A indústria da cerâmica é o ramo que mais cresce na região e o que mais tem garantia de renda e emprego para a população, embora o desmatamento da vegetação, que é feito de forma intensiva e contínua, que deixa o solo exposto à erosão e visível em muitos locais, cause problemas ambientais e sociais e sua continuação agrave ainda mais o processo de desertificação. Trajano (2005, p. 128) ressalta que:

A retirada indiscriminada de lenha da vegetação nativa para atender a demanda energética do setor ceramista local, que funciona efetivamente há mais de dez anos, provocou a escassez da mata nativa. Em razão disso, parte da lenha que é utilizada nas cerâmicas locais é adquirida em outras áreas do município de Parelhas e municípios vizinhos.

Quanto ao processo de fabricação de telhas, há um grande desperdício verificado na produção destas, em virtude da inadequada arquitetura dos fornos das indústrias de cerâmicas, que gera uma grande quantidade de rejeitos. Estes, por não poderem ser reutilizados, vão se acumulando no pátio das empresas de cerâmicas, onde às vezes são doados para aterro de obras de construção nas comunidades ou, ainda, jogados nas margens de estradas.

⁴ A desertificação deve ser entendida como um fenômeno integrador de processos econômicos, sociais e naturais e/ou induzidos que destroem o equilíbrio do solo, da vegetação, do ar e da água, bem como a qualidade de vida humana, nas áreas sujeitas a uma aridez edáfica e/ou climática. (RODRIGUES, 1987 apud MORAES, 2006 p.5)



Fotografia 10

Rejeito de cerâmica na comunidade Cachoeira.
Fonte: Pesquisa de campo (2007).

Deste modo, se esses problemas ambientais continuarem por tempo indeterminado, provavelmente trarão consequências gravíssimas para todos nós, acarretando em uma péssima qualidade de vida para as pessoas que vivem, principalmente, em regiões semi-áridas.

De acordo com Trajano (2005), a matéria-prima básica utilizada pelas cerâmicas é a argila, que é extraída dos açudes, onde a exploração destes, além de causar impacto ambiental relevante, gera também conflitos no uso desses espaços que são geralmente utilizados pelos agricultores para plantio de cultivos alimentares e de capim para o gado. No tocante á falta de alternativas econômicas, os agricultores extraem essa matéria-prima para vender às cerâmicas por preços muito baixos, deixando crateras no solo.

Com a agricultura e o desmatamento, o processo de desertificação no semi-árido vai se tornando um problema cada vez mais grave, pois a vegetação não tem como se recuperar, devido aos cortes de lenha constantes, causando assim prejuízos ao meio ambiente.



Fotografia 11
Cerâmica comunitária de Santo
Antônio da Cobra
Fonte: Trajano (2005, p.91).

Conseqüentemente, além do agravamento dos problemas ambientais causados pela agropecuária, que acarretam em processos erosivos do solo, há ainda outros impactos que são resultantes de atividades como a mineração, que consiste no uso agressivo de mecanização e o emprego de técnicas inadequadas de irrigação e drenagem, que contribuem significativamente para o desequilíbrio ambiental e sustentável e assim, conduzem para a diminuição de alternativas para o desenvolvimento do semi-árido.

3 O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO X IMPACTOS AMBIENTAIS

O Semi-Árido brasileiro constitui-se numa região rica em diversidades culturais e impactos ambientais. É um dos poucos lugares em que há o resgate das tradições populares, fortemente ligadas à religiosidade e, conseqüentemente a fé cristã.

Entretanto, insere-se numa região quente e seca, onde há a irregularidade e escassez de chuvas, o que leva o povo sertanejo a fazer preces para os santos, a fim de assegurar um bom inverno para a prática da agricultura e pasto para a alimentação dos animais.

De acordo com Rodrigues (2004), o semi-árido brasileiro é um dos maiores, mais populosos e também mais úmidos do mundo, com 974.752 km², concentrados no Nordeste, ocupando 86,48% da região.

O semi-árido brasileiro é um imenso território, correspondendo a um verdadeiro mosaico de ambientes naturais e agrupamentos humanos. Dentro desse quadro bastante diversificado, encontram-se problemáticas próprias à região (a questão hídrica, por exemplo) e outras universais (a desigualdade entre homens e mulheres). (FALCÃO, 2005, p. 6).

Desta forma, mesmo sendo uma das regiões semi-áridas mais úmidas do mundo, a ausência de água é um fato constante, tornando-se um fenômeno natural prejudicial ao desenvolvimento da população local e também prejudicando seriamente a prática da agricultura e da pecuária, que afeta o desenvolvimento humano e sustentável daquele lugar.

[...] a proposição do desenvolvimento sustentável colocou em discussão a necessidade de uma "nova racionalidade" no processo de desenvolvimento, baseada em novos modos de exploração dos recursos naturais, de novos critérios de investimento e de um outro padrão técnico-científico. (ALBAGLI⁵, 1995, p. 3).

Em virtude das secas que castigam a região do semi-árido e da impossibilidade do cultivo de terras e da pecuária em determinados períodos do ano, é preciso que haja uma maior conscientização para o bom

⁵ Artigo em formato eletrônico, com numeração atribuída pelo pesquisador.

desenvolvimento da região, visando a conservação dos recursos naturais, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

Segundo Falcão (2005), os espaços semi-áridos nordestinos que existem no Brasil localizam-se nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, ou seja, as áreas semi-áridas brasileiras estão quase totalmente incluídas na região nordeste, o que implica dizer que o semi-árido brasileiro é nordestino.

Constantemente assolada pela estiagem, essa região sofre sérios danos ao meio ambiente, ocasionados pelas ações realizadas pelo homem, causados, muitas vezes, pela inexistência de uma política de educação ambiental, resultantes da falta de informação acerca da preservação, manejo e conservação do meio onde estão inseridos.

Mendes (2000, p. 21) fala que: "a pobreza regional é a principal responsável pelo aceleramento da degradação ambiental que ocorre nesta região". Isso se deve ao fato que muitas famílias sertanejas retiram o seu sustento do extrativismo dos recursos naturais da região, constituindo-se em um meio de sobrevivência.

Os impactos ambientais podem ser visualizados através da destruição da biodiversidade (flora e fauna), da diminuição da disponibilidade de recursos hídricos, através do assoreamento dos rios e reservatórios e da perda física e química dos solos. (RODRIGUES; MATALLO JÚNIOR, 2000, p. 319).

Para a população local, os prejuízos causados caracterizam-se pela perda da capacidade produtiva do solo, uma vez que a prática da agricultura se constitui numa das mais importantes para o desenvolvimento social e econômico daquela região. Deste modo, é imprescindível a implementação de políticas públicas, com vistas ao acesso dos recursos naturais, sem prejudicar o meio ambiente.

Conforme Rodrigues e Matallo Júnior (2000), a desertificação é o problema ambiental mais grave da região, que coloca em risco uma área de mais de 900.000 km², afetando direta ou indiretamente mais de 15.000.000 de brasileiros.

São recentes as preocupações em relação ao combate à desertificação. A seca e seus efeitos, embora tenham sua ocorrência dada como certa, a intervalos determinados e nem sempre regulares, tem sido tratada como um evento de caráter extraordinário ou emergencial. (BRASIL, 2004, p. 45).

Além da desertificação, outros impactos ambientais típicos da região, como o desmatamento, as queimadas e criação predatória do gado provocam o enfraquecimento do solo. A população que vive no semi-árido necessita despertar para os danos causados ao meio ambiente e pensar na melhor forma de conviver neste lugar sem agredir o meio onde vivem, buscando sempre a preservação ambiental para uma melhor qualidade de vida.

Os prejuízos sociais podem ser caracterizados pelas importantes mudanças que a crescente perda da capacidade produtiva provoca. Ficam patentes a desestruturação das unidades familiares diante da impossibilidade de sobrevivência nos períodos de seca e a ineficiência das ações do poder público historicamente baseadas em medidas emergenciais e políticas setoriais. É necessário partir para estratégias de políticas públicas com foco integrado de objetivos simultaneamente sócio-econômicos, político-institucionais, culturais e ambientais. (RODRIGUES; MATALLO JÚNIOR, 2000, p. 320).

Nesse sentido, para que sejam alcançadas propostas com vias à melhoria do desenvolvimento do semi-árido, é primordial que haja uma conscientização ambiental por parte das pessoas que habitam tal região, em virtude de, num futuro bem próximo, as novas gerações possam entender que é preciso conscientizar para educar e que um semi-árido mais desenvolvido e consciente é possível, basta ter vontade própria para reverter esse quadro.

3.1 CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

A exploração dos recursos naturais no Semi-Árido brasileiro, que leva a degradação ambiental da Caatinga, muitas vezes é ocasionada pela desinformação acerca da preservação do meio ambiente, levando ao declínio da qualidade de vida da população desta região. Estes recursos se encontram fortemente ameaçados por causa desta degradação desenfreada que tem causado problemas graves, tanto na esfera social, quanto na econômica e cultural.

Na agricultura tradicional, baseada no sistema de policultura (principalmente milho e feijão) e pecuária (rebanhos de bovinos, ovinos e caprinos), a vulnerabilidade à existência das secas é elevada e a situação agrava-se quando o foco recai nos pequenos agricultores ou nos trabalhadores sem-terra. (RODRIGUES; MATALLO JÚNIOR, 2000, p. 319).

O que se observa é que a maioria das pessoas que vivem na região do Semi-Árido não possui uma educação voltada para as questões ambientais, uma vez que a depredação ambiental se constitui num meio de sobrevivência para elas, pois é desta forma que, muitas vezes, grande parcela desta população retira o sustento para suas famílias.

É notório que a degradação paisagística rural resulta, além do avanço da fronteira agropecuária para atender a crescente demanda populacional por mais alimentos, também da exigência cada vez maior por habitação e energéticos florestais (carvão vegetal e lenha), esse último componente para atender a indústria (cerâmicas), o comércio (pizzarias, churrascaria e padarias) e o setor doméstico (residências, casas de farinha e olarias). (CAVALCANTE; LIMA, 2000, p. 285).

Neste sentido, a degradação da Caatinga, que leva ao surgimento da desertificação, é resultado do inadequado uso da terra. Assim, é fundamental a adoção de um plano capaz de fazer com que problemas ambientais como esse, se constituam em um fato norteador para a população preservar e valorizar o meio em que estão inseridas, mediante a consciência de preservação das riquezas do Semi-Árido.

De acordo com Abreu (2007), a maioria dos problemas ambientais já fazia parte das preocupações de gerações passadas e o homem, mesmo sendo um constante desafio para a humanidade, tem demonstrado preocupação em proteger o meio ambiente.

Observar os princípios éticos em benefício da sociedade é possuir uma consciência ambiental e esta depende de se perceber que a preservação da natureza, ou de seu equilíbrio, é indispensável à preservação da vida humana e do bem estar das sociedades. A natureza vista como um sistema integrado garante a sobrevivência e a possibilidade de reprodução de espécies. (BARROS, 2002, p. 35).

Tão ou mais importante quanto à preservação do meio ambiente é a consciência que devemos ter em preservá-lo, pois assim estaremos garantindo para nós e para as próximas gerações uma melhor qualidade de vida.

Desta forma, para aumentar o nível de consciência ambiental é necessário começar pelas crianças, posto que seja difícil mudar a consciência dos adultos, ou seja, da maioria das pessoas que já tem um pensamento e educação consolidada.

Assim, devemos ser cidadãos críticos e conscientes de nossos atos; temos que ter sempre em mente que podemos fazer melhorias pelo nosso meio ambiente, independentemente da educação que nos foi dada e da cultura que nos foi agregada.

[...] as últimas décadas do século XX testemunharam a emergência da educação ambiental como um novo campo de atividade e de saber, que buscava reconstruir a relação entre a educação, a sociedade e o meio ambiente visando formular respostas teóricas e práticas aos desafios colocados por uma crise sócio ambiental global. (LIMA, 2004, p. 86).

Conforme Carvalho, I. (2004), a Educação Ambiental surgiu da preocupação da Sociedade com a qualidade da existência das presentes e futuras gerações, ou seja, com o futuro da vida, no tocante a uma prática de conscientização, capaz de chamar atenção para a má distribuição no acesso aos recursos naturais e envolver os cidadãos em ações sociais ambientalmente apropriadas.

É imprescindível a participação da população em meio a projetos de preservação e consciência ambiental, principalmente aquelas que vivem em comunidades rurais, nas quais estão mais suscetíveis à desinformação e falta de alternativas e recursos para o desenvolvimento de práticas adequadas da agropecuária.

Dessa maneira, também é fundamental que nas escolas sejam estabelecidas políticas para a inclusão de atividades de cunho ambiental, para que dessa forma haja a construção de uma educação consciente para as

crianças, a respeito de impactos ambientais e as consequências negativas que estes trazem, bem como a consciência de preservação do meio ambiente e os benefícios deste para a vida.

Dado que as prioridades para a região semi-árida do Brasil sempre tiveram uma perspectiva desenvolvimentista, pode-se dizer que as políticas implementadas não tiveram uma preocupação com a conservação dos recursos naturais. (RODRIGUES; MATALLO JÚNIOR, 2000, p. 320).

Em detrimento à questão da conscientização por parte da população, é necessário a efetivação e implementação de uma política educacional voltada para a elaboração de projetos de recuperação ambiental, onde envolva o reflorestamento, conservação de bacias hidrográficas e correto manejo do solo, para que o semi-árido, que representa um potencial extremamente promissor, se constitua em um lugar de destaque na educação e consciência ambiental da população que ali habita.

Segundo Bemerguy (2000), para o aproveitamento e conservação da região do semi-árido, a solução está na possibilidade de seu manejo sustentável, no que diz respeito ao aprimoramento tecnológico para o uso de novas tecnologias que tenha o homem como centro de políticas e metas de sustentação, seja em caráter ambiental ou desenvolvimentista.

O desenvolvimento de políticas que reduzam a degradação ambiental e aumente a conscientização por parte da população se constituirá num forte movimento de preservação ambiental no semi-árido, visto que essa região é repleta de oportunidades para o crescimento econômico. Entretanto, a educação é elemento essencial para a construção de uma consciência crítica cidadã de conservação do nosso meio ambiente.

3.2 A EDUCAÇÃO NO SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO

Em se tratando da questão da educação no Brasil, o país tem alcançado avanços significativos, porém, a região do semi-árido ainda enfrenta graves

problemas, no que diz respeito à qualidade da educação que, de uma forma geral, também está ligada à qualidade do ensino.

Diversos fatores são agravantes para a crise da educação nesta região, como o precário funcionamento das escolas, bem como as péssimas condições de trabalho dos professores e do reduzido número destes e, ainda, a qualidade do corpo docente. Vale salientar também que a região do semi-árido brasileiro é uma das que apresentam maiores taxas de analfabetismo do país, em virtude da falta de uma política educacional local sustentável.

Dessa forma, Carvalho, L. (2004) fala que ao se instituir uma política de combate à seca, uma série de políticas assistenciais foi empreendida, embora não tenha atentado para a produção de um conhecimento mais aprofundado na região do semi-árido e de suas potencialidades. Assim, não há a geração de ações integradas e intersetoriais, deixando o campo educacional fora das preocupações políticas para esta região.

Para o acesso de crianças e adolescentes à educação básica, é necessário que esta produza um saber para que se possam favorecer melhorias nas condições de vida das populações que vivem no semi-árido, contribuindo ainda para melhorias nos indicadores sócio-econômicos. Neste aspecto, é ressaltado que:

O processo educativo contextualizado implica metodologia de intervenção social que supõe um modo de conceber, apreender e dar novo significado à realidade, para nela atuar, visando a sua transformação. O desafio apresentado é o de lutar para que o pedagógico transforme o político e vice-versa, para isso sendo necessário pensar a educação em novas bases teórico-pedagógicas e institucionais, ou seja, na perspectiva da convivência. (BRASIL, 2004, p. 97).

A importância da implementação de uma política educacional para o desenvolvimento de uma região, principalmente a do semi-árido, é imprescindível quando se fala na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Sabemos que o semi-árido brasileiro tem sido a marca preponderante na política nacional do descaso a que foi submetida a sua população na trajetória histórica do Brasil rumo à concretização do projeto de desenvolvimento da elite brasileira, que estava baseado no enriquecimento de uns e no aumento cada vez mais da exclusão social de muitos outros. (REIS, 2004, p. 71).

Ainda de acordo com Reis (2004), a questão do fortalecimento da gestão educacional é um fator para a melhoria na educação. Ele enfatiza, ainda, que isso só será possível com o desafio da descentralização do poder, onde "[...] é preciso a definição de uma intenção educativa no seio das políticas públicas [...]", para que dessa forma a instituição dos mecanismos de participação coletiva transforme de forma decisiva as relações de poder, possibilitando a inserção dos diversos segmentos escolares nas decisões administrativas e pedagógicas da escola.

Nesse aspecto, as ações complementares, junto à comunidade, devem ser postas em prática para uma maior efetividade dos processos educacionais, onde as pessoas possam buscar o reconhecimento de sua identidade para, assim, poderem transformar a realidade em que se encontram, através da participação das comunidades, alcançando melhorias na qualidade de vida.

Deve-se adotar um novo olhar para a região do semi-árido, não apenas focalizando os problemas causados pelas secas e impactos ambientais, mas vendo que, apesar destes, há oportunidades de se resgatar um desenvolvimento sustentável.

As comunidades do semi-árido conhecem sua realidade, dificuldades e têm, ao longo de anos, buscado mudanças. Esbarram, sempre, na ausência de vontade das autoridades que teriam o papel de gerir recursos públicos para atenuar as suas massacrantes condições de vida e trabalho. Os exemplos estão aí, espalhados pelo mundo, mostrando que o querer fazer de um povo pode ser tudo. (RODRIGUES, 2004, p.53).

Dessa maneira, deve existir respeito à realidade local, considerando os aspectos da cidade e do campo, uma vez que em cada lugar da região do semi-árido, a vida se tece de forma diferente, ganhando valores particulares.

Segundo Néri et al. (2004), nas últimas décadas a escola ressurgiu no cenário mundial como um dos espaços privilegiados de socialização e construção do conhecimento, com importantes competências e habilidades para os cidadãos. Com isso, o papel dos professores ganha evidência, com uma preocupação com a valorização do profissional, construindo assim uma educação que contemple a diversidade humana. Souza e Reis (2003, p. 11), enfatizam que a escola:

[...] é um dos meios que, de forma intencional e organizada, pode e deve contribuir para a melhoria da sociedade. Contudo, é imprescindível que ela se reconheça nesse meio e perceba seu papel como mediadora do desenvolvimento.

Para os professores que trabalham no âmbito do semi-árido, é fundamental para estes terem um conhecimento mais amplo da realidade do lugar onde estão inseridos, pois assim, as oficinas pedagógicas são estruturadas sobre temas que abordam as questões mais específicas da região, como clima, água, geografia, produção e estrutura fundiária.

É importante considerar que o papel dos diversos atores nos projetos de formação continuada deve ter como princípios os saberes práticos dos professores, das professoras, pois é pela tematização da prática docente (ação-reflexão) que são levados a problematizar a sua prática confrontando os seus conhecimentos prévios com os novos conhecimentos técnicos-pedagógicos adquiridos para a construção de novos saberes, novas representações e novos significados que precisam refletir no seu cotidiano. (NÉRI et al., 2004, p.85).

É fundamental priorizar a formação continuada no trabalho da formação docente, pois as experiências precisam refletir no envolvimento dos professores com outros elementos que compõem a escola, como também com a comunidade onde estão inseridos, visando buscar uma aprendizagem com o que ensina e com o que se aprende, através dessa prática.

A alfabetização é um passo fundamental no processo da inclusão social de qualquer pessoa. O ato de ler e escrever não implica apenas no domínio da escrita e leitura, mas sim apropriar-se deste saber, assumir como uma propriedade, uma vez que, dessa forma, o indivíduo se torna um cidadão pleno,

com direito à exercer sua cidadania de forma digna. Em função disso, o acesso à informação é um auxílio para a formação e desenvolvimento intelectual de cada pessoa.

4 O ACESSO INFORMACIONAL EM UNIDADES DE INFORMAÇÃO

A informação, que sempre se constituiu em um elemento essencial para o desenvolvimento de uma sociedade, é um meio pelo qual se adquire conhecimentos para a construção e transformação de uma consciência crítica a respeito dos problemas e das necessidades que muitas pessoas enfrentam no dia-a-dia, em todo o mundo. É nesse sentido que a informação:

[...] passou de posse de alguns poucos para um bem desejável e adquirível por qualquer pessoa como alavanca social e pela sociedade como condição fundamental para o seu próprio desenvolvimento. A posse do conhecimento por um indivíduo pode definir a sua colocação na escala social. (MILANESI, 2002, p. 53).

Desta forma, a informação é geradora do conhecimento, pois não há conhecimento sem informação. É notório que esta, quando é bem divulgada e absorvida, é capaz de ocasionar mudanças na mentalidade das pessoas, acarretando em benefícios para seu desenvolvimento intelectual.

Quem possui mais conhecimento conseqüentemente está mais bem informado, podendo assim ocupar uma posição de destaque em relação aos indivíduos que tem um acesso informacional reduzido.

Sendo a informação um subsídio responsável pela transformação intelectual de uma pessoa, para toda e qualquer organização, ela também é responsável por seu desempenho, uma vez que o tratamento e disseminação desta são indispensáveis para o seu funcionamento, tendo em vista, de forma rápida e precisa, a sua recuperação, para suprir as necessidades informacionais de seus usuários, como também da própria instituição.

Logo, o processo da recuperação da informação é um fator primordial para o desenvolvimento e o bom funcionamento de uma organização, seja esta pública ou privada.

As unidades de informação possuem um papel preponderante no processo de transferência informacional, pois se constituem em meio de ligação entre o usuário e os registros informacionais armazenados.

[...] para que as nossas bibliotecas evoluam e se transformem no que se convencionou chamar de centro de informação ou centro de análise da informação, é necessário que elas contem em primeiro lugar com a compreensão das autoridades para a importância e o valor da informação para o desenvolvimento social, econômico e cultural de um país e em segundo lugar, com um corpo de cientistas que queiram fazer a sua parte dentro do processo da transferência da informação. (FIGUEIREDO, 1979, p. 136).

Além disso, para se ter um bom acesso visando a recuperação da informação é fundamental que as instituições ofereçam mecanismos necessários e adequados ao deslocamento dos usuários, no que diz respeito à estrutura física e à localização e disposição do material.

Conforme Ramos⁶ (1996, p. 1): "Saber gerenciar uma unidade de informação desde o início dos seus trabalhos garante melhor uso de seus recursos, traduzidos em melhores indicadores de qualidade e produtividade" e "organizar bem uma unidade de informação significa prepará-la para o cumprimento das funções básicas que justificam a sua existência". Deste modo, a disseminação da informação nas unidades de informação está direcionada ao desempenho das atividades relacionadas com o planejamento, responsáveis pelo desenvolvimento e produtividade da organização.

De acordo com Maciel e Mendonça (2000, p.13): "não se pode pensar na existência de uma empresa ou instituição sem organização [...]", pois esta implica no seu preparo para a satisfação dos usuários, em detrimento à qualidade dos serviços oferecidos, aliados ao cumprimento das tarefas básicas estabelecidas que se constitua no seu funcionamento.

Nos últimos anos, não têm sido poucas as mudanças no ambiente institucional em que se situam as unidades de informação, mudanças essas que afetam a oferta e a demanda dos serviços de informação, provocando, geralmente, demanda por mais informação e por informação de melhor qualidade. (ALMEIDA, 2000, p. 13).

⁶ Artigo em formato eletrônico, sem indicação de página.

Observa-se que o acesso às informações, em algumas organizações, é prejudicado por razões diversas e uma destas está relacionada à inexistência ou inadequação de uma política institucional, como também à falta de tratamento e organização dos materiais disponibilizados, prejudicando o usuário quando este vem realizar uma pesquisa sobre um determinado assunto.

[...] a democratização do acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação deveria ser vista como elemento fundamental nas políticas de inclusão social, de modo a ajudar as populações economicamente carentes a se beneficiarem das vantagens do progresso tecnológico, reforçando o caráter democrático da sociedade da informação. (FREIRE, 2006, p. 60).

Como foi exposto anteriormente, são muitos os problemas, ou barreiras, que envolvem e comprometem o processo da disseminação da informação. Diante de uma parcela significativa da população que tem certo domínio em relação às novas tecnologias da informação, há um grande número de pessoas que não o possuem. É o caso dos "analfabetos digitais", infelizmente ainda tão comum na sociedade do século XXI.

Para que este problema seja solucionado, é necessário a implementação de políticas de inclusão social, uma vez que se torna extremamente inviável a recuperação informacional em unidades de informação por estes indivíduos que não dispõem de um conhecimento mais abrangente em torno das novas tecnologias.

Ainda com relação à problemática da acessibilidade e transferência da informação, também surgem outras barreiras que:

[...] irão existir para dificultar o trânsito da informação, do produtor para o usuário. Mesmo ao nível de comunicação oral, de pessoa para pessoa, podem existir barreiras, como dificuldades da língua, relutâncias pessoais de expressão [...]. (FIGUEIREDO, 1979, p. 127).

Em muitas organizações, é comum o acesso de pessoas provenientes de outros países, o que implica dizer que a língua estrangeira é uma barreira a ser vencida, principalmente nas bibliotecas, veículo mediador da informação para o usuário, onde sempre é solicitado algum tipo de auxílio quando à busca

de informações e localização de material por estas pessoas, as quais sempre apresentam algum tipo de dificuldade neste processo.

É importante que a instituição esteja preparada quanto aos tipos de materiais disponibilizados e também aos serviços oferecidos, para melhor atender e se adequar a este tipo diferenciado de usuário, no sentido de oferecer informação eficiente e de qualidade.

Diante desse contexto deve intervir a figura do Profissional da Informação, uma vez que este é o mediador neste processo de busca e recuperação informacional e que sempre poderá auxiliar o usuário quando este sentir necessidade de ajuda para obtenção do que for necessário em sua pesquisa.

5 O PROFISSIONAL DA INFORMAÇÃO COMO AGENTE DISSEMINADOR

A Sociedade do século XXI vive ante a uma série de transformações em todas as esferas sociais. No campo tecnológico, notoriamente, há um avanço significativo, no que se refere às novas tecnologias da informação e comunicação. Diante de um mundo tão informatizado e cheio de novas descobertas, a informação é um subsídio básico para a construção e transformação do conhecimento.

Vivemos na chamada **Sociedade da Informação**, ou, **Sociedade do Conhecimento**, a qual está diretamente relacionada a todas essas mudanças. O saber tornou-se fator primordial para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária; o acesso aos diversos suportes informacionais proporciona uma forma diversificada de disseminação de informações, permitindo assim que cada um produza o conhecimento necessário para a construção da cidadania.

[...] cidadão significa membro livre de uma determinada cidade, por origem ou adoção, assumindo um conjunto de raízes culturais, políticas e sociais, movimentando-se nesse conglomerado sociopolítico e econômico, dinamizando o complexo cultural, sugerindo uma idéia coletiva e pluralista dos termos cidadania e cidadão. (ROCHA, 2000, p. 43).

A partir da análise desses questionamentos, Borges, M. (1995), ressalta a importância da capacitação das pessoas, não somente na leitura e escrita, porém, ressalta ainda que é fundamental o domínio destas, frente às novas tecnologias e sistemas políticos, sociais e históricos.

Diante de todos os desafios impostos pela Sociedade Moderna, que exige cada vez mais pessoas qualificadas, com um bom domínio de tecnologias e com um nível de conhecimento mais elevado, as obrigam também ao desenvolvimento de novos perfis e posturas profissionais, aliadas as diversas habilidades e estilos gerenciais.

Nos diversos tipos de profissões existentes, é fundamental que os profissionais estejam conectados com estas mudanças, a fim de que possam alcançar o desempenho pleno de suas atividades, aliados à sua competência e empenho nas suas tarefas. E com o Profissional da Informação não é diferente.

De acordo com Souza Filho et al., (2006), os aspectos que dizem respeito à educação e a capacitação profissional precisam ser aprofundados, quanto à importância que o Profissional da Informação deve dar a estes, na perspectiva de adaptação às mudanças da sociedade e as exigências do mercado de trabalho.

Em se tratando do Profissional da Informação nesse contexto, é cobrada pela Sociedade uma postura diversificada em sua profissão, voltada mais para o domínio das novas tecnologias informacionais e comunicação, pois este trabalha diretamente com o uso e disseminação da informação.

Desta forma, ele precisa desenvolver um espírito pró-ativo, empreendedor e de liderança, tendo na sua mente que pode desempenhar suas atividades de maneira mais simples e rápida, porém diversificada em relação aos serviços costumeiros de uma biblioteca, sempre comprometido com a ética profissional.

O mercado passou a exigir um profissional com conhecimentos mais abrangentes, flexível, sensível às mudanças, com habilidades para enfrentar momentos decisórios e que tenha domínio sobre os equipamentos tecnológicos, pois essas ferramentas são seus verdadeiros instrumentos de trabalho. (SOUZA FILHO et al.⁷, 2006, p.4).

Segundo Oliveira (2002), em toda pesquisa, os usuários têm de ser bem orientados, quanto à busca correta pela informação desejada, pois estes precisam, nesse processo, de uma pessoa capacitada para auxiliá-los. Nesse sentido, entra a figura do Profissional da Informação, disseminador, que é a ponte entre o usuário e a informação.

⁷ Informação em formato eletrônico, sem indicação de páginas.

Desta forma, o Profissional da Informação precisa ter a consciência de que a sua função mais importante é levar a informação ao usuário. Ele é o intermediário no processo de disseminação da informação. Esse processo de disseminar informação é realizado através dos produtos e serviços oferecidos em cada unidade de informação, como por exemplo, levantamentos bibliográficos, visitas programadas, comutação bibliográfica, orientação no uso de catálogos, treinamentos para capacitação no acesso à base de dados e outros. Este profissional, enquanto disseminador deve procurar sempre se adequar à realidade do usuário, atentando para a informação que ele realmente necessita, (informação verbal)⁸

É extremamente importante a intervenção dele neste momento de busca, em que o usuário necessita de uma ajuda para encontrar o que deseja em sua pesquisa. Daí o sentido da mediação do Profissional neste processo, pois caberá a ele procurar conhecer melhor as necessidades de seu público para poder atender melhor as suas necessidades e, assim, saber se os serviços oferecidos estão sendo satisfatórios às necessidades do usuário.

De acordo com Morigi, Vanz e Galdino (2002), este Profissional se traduz numa peça importante para a construção da aprendizagem, através da sua competência e seu saber, que possibilitam o acesso rápido às informações e, enquanto mediador, este deve adotar uma postura metodológica transdisciplinar, onde é necessário haver uma mudança na sua visão de mundo e da própria profissão.

O Profissional da Informação deve ter a consciência de que deve sempre trabalhar a informação da melhor maneira, questionando como poderá contribuir para satisfazer as necessidades da comunidade de uma forma geral. Dessa forma, poderá conhecer o perfil do usuário que o solicita, adquirindo assim experiências quanto à convivência com os usuários, deparando-se com realidades distintas, pois cada usuário tem um perfil diferente.

Antes de ser considerado um Profissional da Informação, ele é, antes de tudo, um educador, que não deve se deter única e exclusivamente à disseminação da informação. Este fato coloca-o como um instrumento de auxílio na busca informacional. A partir daí, as pessoas o reconhecerão como um papel fundamental no processo educacional na busca pelas informações

⁸ Informação fornecida por uma Bibliotecária da Biblioteca Central Zila Mamede, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no dia 21 de setembro de 2007.

necessárias, porém não só na realização de pesquisas, como também no âmbito do conhecimento para o desenvolvimento cidadão de cada um.

Guimarães (2000, p. 57), afirma que: "[...] o papel mediador a ser desempenhado pelo Profissional da Informação [...], associa-se à missão educativa [...]".

Para Oliveira (2002, p. 18), "sem o usuário, não existiria motivo para o funcionamento de uma unidade de informação", pois a troca de experiências do usuário com o Profissional da Informação é importante para a agregação de valores para ambos e é através disso que torna o usuário tão importante para uma unidade de informação.

Além deste contato do usuário como o Profissional da Informação, é interessante para este manter uma ligação direta com outros profissionais de outras áreas, pois, como exposto anteriormente, há um compartilhamento de experiências significativas para o desenvolvimento pessoal e social, necessários para o engrandecimento de sua profissão enquanto educador, para a realização de suas atividades. O trabalho em conjunto também propicia mais oportunidades de se adquirir habilidades e competências na sua profissão.

A sobrevivência do Profissional da Informação no mercado de trabalho dependerá da postura e do desempenho dele mesmo, pois o mercado exige novos conhecimentos para a adaptação ao seu serviço. Deste modo, se ele estiver de acordo com as exigências da sociedade moderna, não há o que temer.

[...] ele não deve assumir uma postura ingênua de neutralidade, terá que inserir o cidadão no mundo da informação significativa. Informação que contribua para melhoria de qualidade de vida do homem, que atenda suas expectativas e que o conduza a acreditar em uma sociedade da informação que se caracterize pela inclusão. (BORGES, R., 2005, p. 26).

Um bom profissional, não apenas o da informação, mas qualquer outro, que sempre está se atualizando ao que acontece à sua volta e ao mundo, que domina outras línguas, que faz cursos, que tem domínio sobre as novas

tecnologias, que participa de congressos, seminários e tem vontade de aprender coisas novas, com certeza terá seu lugar em destaque no mercado de trabalho.

6 METODOLOGIA

Para a consecução deste trabalho utilizaram-se a pesquisa bibliográfica e eletrônica, que foram feitas através de leituras de artigos de periódicos, livros, monografias, dissertações, eventos e *sites da web*.

No tocante a uma complementação mais consistente foi feita também a pesquisa de campo, realizada com o propósito de conseguir informações relevantes acerca das necessidades e desejos da população das comunidades rurais de Cachoeira, Juazeiro e Santo Antônio da Cobra, em relação à melhoria do acesso informacional na região em que estão situadas.

6.1 UNIVERSO

Definiram-se como universo desta pesquisa as três comunidades rurais de Cachoeira, Juazeiro e Santo Antônio da Cobra, localizadas na microbacia do Rio Cobra, no município de Parelhas, Estado do Rio Grande do Norte, na região do Seridó. Os locais escolhidos para a realização destas entrevistas foram escolas, associações comunitárias e residências.

6.2 SUJEITOS

Os sujeitos entrevistados para esta pesquisa foram alguns habitantes das referidas comunidades, ou seja, moradores em geral, que incluem também professores e alunos.

6.3 INSTRUMENTOS

Os instrumentos da coleta de dados utilizados foram entrevistas abertas, com perguntas abertas, feitas diretamente aos entrevistados, visando atender a análise qualitativa. Estas entrevistas consistiram na avaliação da percepção dos moradores das três comunidades rurais em relação ao acesso à

informação, assim como a importância da implantação de bibliotecas, na região onde estão situados.

Foram feitas ao todo quinze entrevistas, sendo em torno de quatro a cinco entrevistados por comunidade, selecionados ao acaso, seguindo o critério da aleatoriedade.

Desta forma, comprova-se a necessidade de um melhor acesso às informações para as pessoas que vivem nestas comunidades, com vistas a terem uma maior consciência em detrimento aos impactos causados pela atividade ceramista que tanto agride o meio ambiente, bem como a preciosidade de uma biblioteca para a melhoria do resgate e disseminação da informação naquela região.

6.4 PROCEDIMENTOS

Os métodos da coleta de dados utilizados foram a observação, seguido da entrevista pessoal. Procurou-se selecionar o sujeito participante considerando o critério de disponibilidade, ou seja, qualquer morador das comunidades rurais selecionadas para estudo que estivessem dispostos a realizar a entrevista.

A pesquisa foi realizada no período de 26 a 28 de Setembro de 2007. Depois de coletados, os dados foram analisados e inter-relacionados, tendo em vista obter respostas às questões pretendidas pela pesquisa.

7 ANÁLISE DOS DADOS

Como fora citado anteriormente, os sujeitos entrevistados foram pessoas que vivem em comunidades rurais de região semi-árida do município de Parelhas, no Estado do Rio Grande do Norte, as quais convivem com severos impactos ambientais, decorrentes principalmente da intensa atividade das indústrias de cerâmicas que necessitam constantemente de lenha para alimentação de seus fornos. Ao total, foram realizadas 15 entrevistas abertas com a população em geral, que se constituem em professores, alunos e populares.

Vale salientar que as entrevistas foram realizadas a fim de saber de que forma essas pessoas têm acesso às informações, bem como a necessidade daquelas terem uma biblioteca que disponibilize um acervo variado de material informacional que possa subsidiá-las a um maior conhecimento e consciência da preservação do meio ambiente, uma vez que estão inseridas em uma região que apresenta problemas ambientais em sua bacia hidrográfica.

A seleção destas pessoas foi baseada na aleatoriedade e observação direta, respeitando a decisão de cada uma delas em realizar ou não a entrevista. Primeiramente foi feito um contato pessoal com estes indivíduos, para saber a disponibilidade e aceitação deles quanto às entrevistas.

Os dados obtidos na pesquisa de campo estão expressos por meio de gráficos e explicações, a fim de possibilitar uma visão mais ampla das informações que foram colhidas com as entrevistas. A análise foi realizada levando-se em consideração os dados obtidos.

Foi questionado sobre a divulgação de informações sobre impactos ambientais:

Os entrevistados disseram que nas referidas comunidades são bem divulgadas informações acerca deste aspecto, como pode ser observado através dos depoimentos:

"Sim, porque até tem projetos com o IDEMA e outros órgãos, sempre eles fazem projetos pra reflorestamento [...]"

"Sempre o IDEMA vem aqui fazer curso e a gente sempre trabalha dentro da escola através de projetos".

"Sim [...] e a gente trabalha o programa do Agrinho por isso, pra preservar o Meio Ambiente".

"Eu acho que aqui são bem divulgadas, o pessoal já tava fazendo um trabalho, já deram uns cursos aí, então o pessoal ta sendo muito bem informado aqui, sobre isso".

Verificou-se que a divulgação das informações sobre impactos ambientais nas três comunidades se dá através de palestras e projetos do IDEMA, sobre preservação do Meio Ambiente.

Foi questionado sobre o acesso às informações:

Nas comunidades, o acesso às informações é feito através dos meios de comunicação e pelo IDEMA (este por meio de palestras e projetos), segundo relato dos entrevistados.

"O acesso às informações 'são' através de palestras do IDEMA, inclusive 'ela' já fez palestra em relação à conscientização do meio ambiente [...]"

"[...] algumas vezes por jornais, palestras ou a própria televisão, o rádio".

"O acesso às informações é através do rádio, da televisão e da internet também".

"É através da televisão, rádio e palestras [...] que sempre acontece aqui na comunidade".

Esse resultado mostra que o IDEMA, além de ser um importante veículo de informação para as comunidades, também está sempre presente nestas, quanto à questão da preservação e conscientização ambiental.

Foi questionado sobre a Indústria de cerâmicas:

Uma das principais atividades produtivas da região, a indústria da cerâmica também traz inúmeros prejuízos ao meio ambiente. De acordo com os entrevistados, deveria haver uma maior conscientização sobre os prejuízos que essa atividade implica, onde se observa através dos relatos:

"Com certeza, inclusive são as cerâmicas que 'está' fazendo nosso Seridó ficar 'desertificado".

"Sim, porque com certeza incentivaria o povo a preservar o meio ambiente".

"Deveria [...] já houve várias reuniões pra informar o pessoal dos danos que causa a cerâmica [...]".

"Claro que sim, nesse caso é que precisa, porque o povo desmata assim aleatoriamente, sem ter técnica".

"Sim, porque acontece muito de só 'ta' lá na cerâmica aí só visa a questão financeira e esquece que 'ta' queimando, desmaiando [...]".

Esses resultados apontam que deve haver um trabalho de caráter emergencial sobre conscientização dos impactos negativos que essa atividade causa ao meio ambiente.

Foi questionado sobre problemas ambientais:

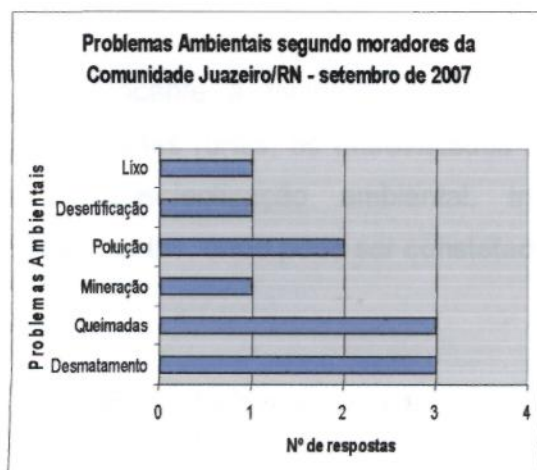


Gráfico 1

Problemas ambientais da Comunidade de Juazeiro. Fonte: Pesquisa de campo (2007).



Gráfico 2

Problemas ambientais da Comunidade Santo Antônio da Cobra. Fonte: Pesquisa de campo (2007).

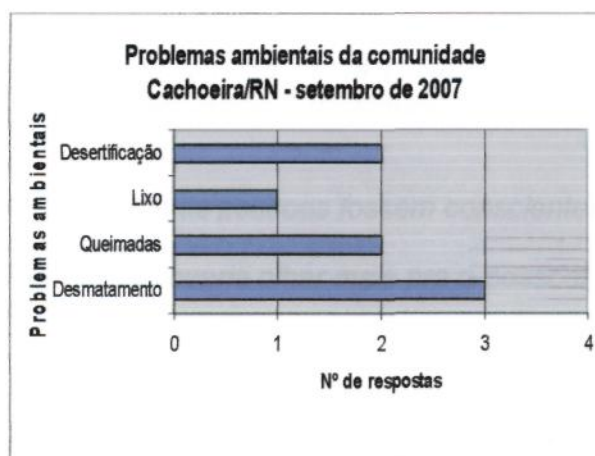


Gráfico 3

Problemas ambientais da Comunidade Cachoeira. Fonte: Pesquisa de campo (2007).

Segundo a opinião dos entrevistados, na Comunidade Juazeiro os principais problemas ambientais da comunidade são, respectivamente, as queimadas e o desmatamento; já na comunidade Santo Antônio da Cobra, o principal é a desertificação e na comunidade Cachoeira o principal é o desmatamento.

Foi questionado sobre a Melhoria da Qualidade de Vida:

No tocante à melhoria da qualidade de vida da população das três comunidades rurais, os entrevistados apontaram mais elaboração de projetos para conscientização ambiental, trabalhos para a mulher, cursos e investimentos, onde pôde ser constatado através das falas abaixo:

"Eu gostaria que tivesse um projeto que viesse beneficiar as pessoas [...] que não prejudicasse tanto o meio ambiente [...]".

"Que fosse elaborado mais projeto [...] as pessoas se ocupassem no projeto de plantio de hortas, até mesmo de replantar as árvores [...] cuidar mais um pouco".

"[...] um projeto pra que viesse alguma firma, algum trabalho 'pras' pessoas [...]".

"Eu acho que deveria ter alguma forma [...] mini empresa [...] alguma coisa que fizesse com que esse pessoal trabalhasse, não precisasse de 'ta' destruindo nosso meio né?"

"Mais informações [...] que as pessoas fossem conscientes [...]".

"Eu acho que o Governo deveria olhar mais pra o pessoal [...] investir mais aqui um pouco [...]".

De acordo com os depoimentos, há a necessidade de haver mais trabalhos, em diferentes segmentos da economia, principalmente em virtude à empregos que visassem a preservação ambiental e a valorização da mão-de-obra da mulher.

Foi questionado sobre a necessidade de uma biblioteca:

Nas comunidades, há a necessidade de uma estrutura física de uma biblioteca, como pode ser comprovada através das falas de moradores das três comunidades rurais, objetos de estudo.

"Realmente existe uma grande necessidade [...] com a implantação de uma biblioteca [...] realmente ia ser uma coisa ótima [...]"

"É demais, até porque ficamos distante da cidade né?"

"Sim [...] porque o povo daqui sai pra Parelhas pra fazer pesquisas pra os trabalhos".

"Sim [...] a gente tem que ter uma biblioteca para ter os livros pra gente ler e pesquisar".

"Eu acho que sim porque muita gente que quer ir pra uma biblioteca vai pra cidade e tendo uma aqui já ficava aqui e era importante".

Pôde-se constatar através das falas a importância da implantação de bibliotecas nas comunidades, posto que há a necessidade de realização de pesquisas por parte dos alunos.

Foi questionado sobre a biblioteca como melhoria do acesso informacional:

Verifica-se, de acordo com o depoimento dos entrevistados, que a implantação de bibliotecas melhoraria o problema do acesso informacional nas comunidades.

"Melhoraria sim, com certeza [...] a implantação de uma biblioteca iria enriquecer muito a fonte de pesquisa para os estudantes".

"Sim, principalmente se tivesse um acervo de livros que fosse assim [...] em se tratando do meio ambiente".

"Com certeza, porque as pessoas leriam mais e cresceria seu conhecimento né?".

"Melhoraria, porque eu acho que o livro é quem mais prepara o indivíduo [...]".

"Sim, porque quanto mais leitura melhor [...] as pessoas ficam mais informadas".

Através desses resultados, comprova-se a importância da implantação da biblioteca como forma de melhoria do acesso informac/onal para as comunidades em questão.

Foi questionado sobre horário de funcionamento:

De acordo com a opinião dos entrevistados das três comunidades, o horário de funcionamento da biblioteca seria da seguinte forma:

"[...] de manhã, de tarde e de noite e no final de semana assim, à tarde e à noite...porque o pessoal trabalha né?"

"Eu acho que nos dois turnos, manhã e tarde, se possível à noite também e nos sábados também".

"Quanto maior o tempo de acesso ao público melhor [...] poderia ser os três expedientes e se pudesse no fim de semana também".

"Todos os horários porque quem não puder de manhã, tinha a tarde ou à noite [...]".

Todos os entrevistados disseram que é importante para a biblioteca funcionar todos os dias da semana, em todos os horários, inclusive em fins de semana, uma vez que muitas pessoas trabalham e não possuem disponibilidade de tempo.

Foi questionado sobre o acervo da Biblioteca:

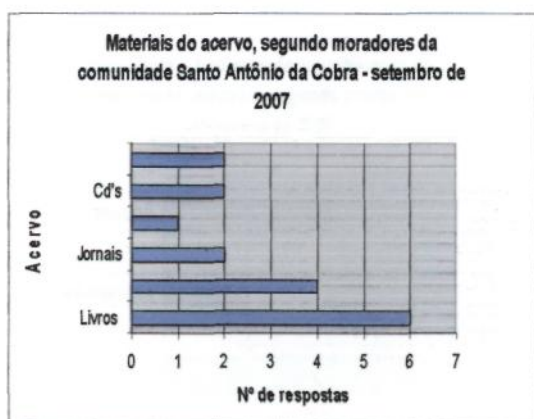


Gráfico 4

Acervo da biblioteca da Comunidade Santo Antônio da Cobra. Pesquisa de campo (2007).

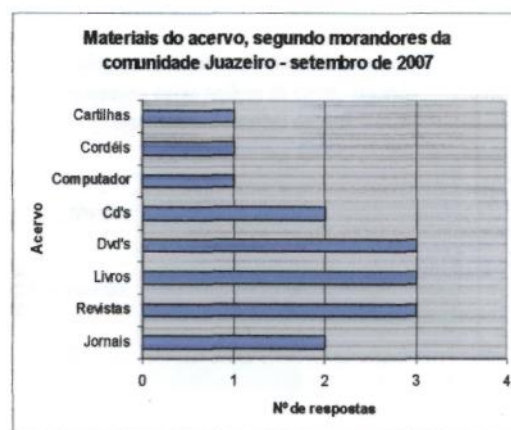


Gráfico 5

Acervo da biblioteca da Comunidade Juazeiro.

Fonte: Pesquisa de campo (2007).

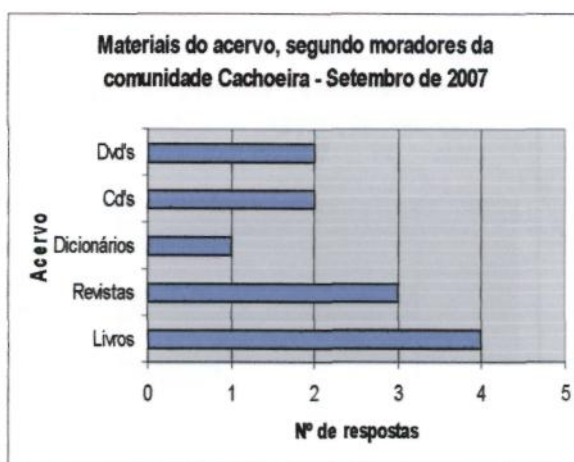


Gráfico 6

Acervo da biblioteca da comunidade Cachoeira.

Fonte: Pesquisa de campo (2007).

Conforme a opinião dos entrevistados, na comunidade Juazeiro, os DVD's, livros e revistas são os materiais mais importantes para a composição do acervo da biblioteca neste povoado; já nas comunidades de Santo Antônio da Cobra e Cachoeira, segundo os depoimentos, os materiais mais importantes para a constituição do acervo são os livros.

Foi questionado sobre local para a implantação das bibliotecas



Gráfico 7

Locais para a implantação da biblioteca na comunidade Juazeiro. Pesquisa de campo (2007).



Gráfico 8

Locais para implantação da biblioteca na comunidade Santo Antônio da Cobra. Pesquisa de campo (2007).



Gráfico 9

Locais para a implantação da biblioteca na comunidade Cachoeira. Fonte: Pesquisa de campo (2007).

De acordo com a análise dos depoimentos, o melhor local para a instalação da biblioteca, segundo os entrevistados da comunidade Juazeiro, é na escola, uma vez que nesta não existe biblioteca; na comunidade Santo Antônio da Cobra e Cachoeira, segundo as entrevistas, um local específico para a implantação das bibliotecas é o ideal.

Foi questionado sobre o perfil sugerido pelos entrevistados

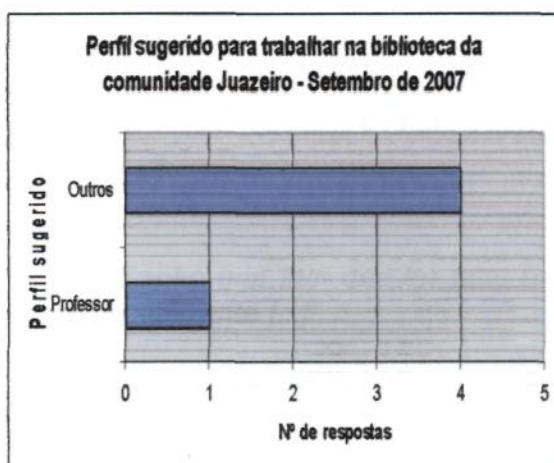


Gráfico 10

Perfil sugerido pelos entrevistados da comunidade Juazeiro. Pesquisa de campo (2007).

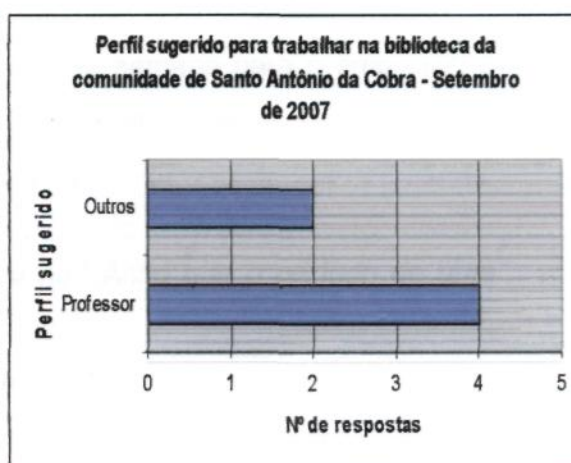


Gráfico 11

Perfil sugerido pelos entrevistados da comunidade Santo Antônio da Cobra. Pesquisa de campo (2007).

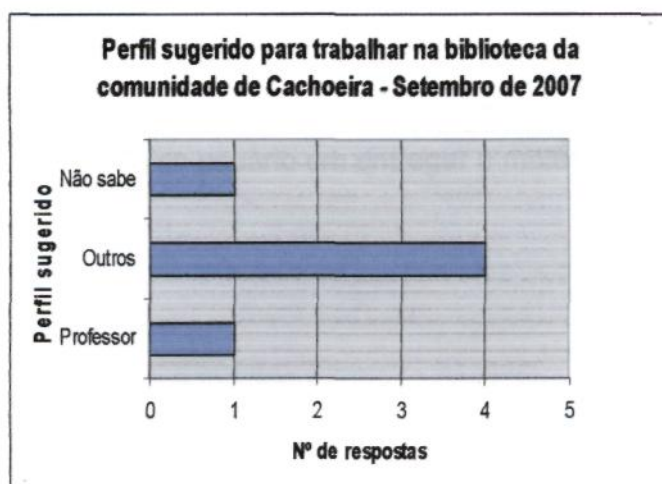


Gráfico 12

Perfil sugerido pelos entrevistados da comunidade Cachoeira. Fonte: Pesquisa de campo (2007).

Segundo a análise dos depoimentos dos entrevistados, comprova-se que o perfil sugerido para atuar na biblioteca da comunidade Juazeiro e de Cachoeira seja o de um profissional capacitado; já na biblioteca da comunidade Santo Antônio da Cobra o perfil sugerido é de um professor, posto que, na opinião dos entrevistados, esse profissional entende de "livros e pesquisas".

Foi questionado sobre o período de empréstimo do material

Conforme os entrevistados, o período de uma semana para o empréstimo do material informacional é o ideal, segundo os depoimentos:

"Eu acho que tem que ter uma regra né? Acho que o período de uma semana é suficiente [...]".

"Eu acho que no mínimo uma semana né?"

"Uma semana já era o bastante [...]".

"Eu acho que uma semana, porque muitas vezes você empresta um livro por duas, três semanas e ele é destruído".

Isso mostra que esse período, de acordo com as opiniões obtidas, é fundamental para evitar problemas como a depredação do acervo e a responsabilidade por parte do usuário em entregar o material emprestado.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a possibilidade de acesso à informação nas áreas em processo de desertificação. De acordo com os resultados obtidos, conclui-se que o acesso, assim como a divulgação de informações nas comunidades de Cachoeira, Juazeiro e Santo Antônio da Cobra são fundamentais para uma maior conscientização e educação ambiental quanto à preservação do meio ambiente, posto que estas localidades estão inseridas na região do semi-árido do Estado do Rio Grande do Norte, cuja degradação ambiental é uma constante.

Em alguns municípios do semi-árido norte-riograndense, a economia é baseada principalmente pelas indústrias de cerâmicas, onde o desmatamento, realizado sem controle, é feito para o abastecimento dos fornos dessas indústrias, o que levará, num futuro bem próximo, a não recuperação da vegetação local e conseqüentemente, ao declínio da qualidade de vida dos habitantes desta região.

Deste modo, em virtude desta atividade ceramista, o semi-árido tem sofrido com uma séria ameaça, que é a desertificação; os problemas ambientais estão sendo cada vez mais frequentes, constatando a necessidade de haver uma maior preocupação quanto à preservação do meio ambiente naquela localidade.

Em se tratando da qualidade de vida no semi-árido, pouco tem sido feito em termos de uma política sustentável a qual levasse ao conhecimento do potencial da região, visando seu desenvolvimento. A implantação de projetos, que viessem beneficiar as pessoas da referida região, bem como a valorização da mão-de-obra feminina são alternativas para a melhoria e crescimento da qualidade de vida das pessoas que ali vivem.

No tocante à educação, a região do semi-árido ainda se constitui em um entrave para o seu desenvolvimento e melhoria, uma vez que faltam investimentos para o crescimento e qualidade do ensino. Em detrimento a um

maior acesso informacional, a biblioteca se constitui em uma forma para melhorar o acesso à informação, que resulta em um subsídio para a formação do conhecimento pessoal. É interessante que todas as pessoas tenham acesso a uma biblioteca desde cedo, principalmente as crianças, posto que a educação tem de começar por estes indivíduos. Portanto, é óbvio que a biblioteca deve ter uma política que vise atender as necessidades de cada usuário. Em razão disso, surge a figura do Profissional da Informação, que, antes de tudo, é um educador e também mediador no processo de busca e disseminação da informação.

Os diversos tipos de materiais informacionais existentes se tornam complementos necessários para a educação de cada um; logo, é importante que em toda unidade de informação tenha disponibilidade de variados materiais educativos.

Desta forma, propõe-se que o Instituto de Defesa do Meio Ambiente (IDEMA), assim como demais órgãos, como a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), continuem com a implantação de projetos e cursos na área do NUDES, que visem à preocupação da redução da degradação ambiental nessa região, para que, assim, amplie o conhecimento da biodiversidade e se tenha uma maior conscientização de preservação do meio ambiente, onde o desenvolvimento local possa ocorrer de forma cada vez mais sustentável.

Sabe-se que a informação é poder, capaz de transformar, em todos os aspectos, a nossa sociedade. Em virtude da falta de investimentos e de uma política de desenvolvimento sustentável no meio rural, muitas pessoas sofrem com a desinformação, o que ocasiona o agravamento dos problemas sociais e ambientais daquele lugar.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Lisandra Saldanha de. **Estudo das percepções de educação ambiental e sustentabilidade dos professores do curso de agronomia da UFSM: um estudo de caso.** 2007. 97 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural)- Universidade de Santa Maria, Santa Maria, 2007.
- ALBAGLI, Sarita. Informação e desenvolvimento sustentável: novas questões para o século XXI. **Ci. Inf.**, Brasília, v.24, n.1, 1995. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=586&layout=abstract>>. Acesso em: 10 set. 2007.
- ALMEIDA, Maria Christina Barbosa de. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 2000.
- BARROS, Marlene Pagliaroni Becker de. **Aprendizagem ambiental: uma abordagem para a sustentabilidade.** 2002.117 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- BEMERGUY, Fernando Antônio Souza. Políticas ambientais da associação brasileira de educação agrícola superior (ABEAS). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO, 2., 2000, Mossoró. **Anais...** Mossoró: UERN, 2000. p. 137-145.
- BORGES, Mônica Erichsen Nassif. A informação como recurso gerencial das organizações na sociedade do conhecimento. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 24, n.2,1995. Disponível em: <<http://www.ibct.br/cionline/viewarticle.php?id=599>>. Acesso em: 21 maio 2007.
- BORGES, Regina Kaciane da Costa. **A implantação da biblioteca comunitária "movimento aprender" no bairro do benguí.** 2005. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia)- Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Recursos Hídricos. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca/ PAN - Brasil.** Brasília, 2004.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Outra ecologia é possível: a ecologia do movimento ecológico. In: _____ **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico.** São Paulo: Cortez, 2004.
- CARVALHO, Luzineide Dourado. A emergência da lógica da "convivência com o semi-árido" e a construção de uma nova territorialidade. In: REDE DE EDUCAÇÃO PARA O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO. Secretaria Executiva. **Educação para a convivência com o Semi-Árido: reflexões teórico-práticas.** Juazeiro, 2004. p. 13- 26.
- CAVALCANTE, Amóbio de Mendonça Barreto; LIMA, Luiz Cruz. Paisagens rurais antrópicas do baixo Jaguaribe. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO, 2., 2000, Mossoró. **Anais...** Mossoró: UERN, 2000. p. 285-289.

FALCÃO, Roberta Borges de Medeiros. **O desenvolvimento local sustentável no semi-árido nordestino**: um estudo de caso na comunidade de Mirandas, Caraúbas/RN. 2005. 182 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

FARIA, Suely et.al. Competências do Profissional da Informação: uma reflexão a partir da classificação brasileira de ocupações. **Ciência da Informação**, v.34, n.2, p.26-33, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.ibitct/cienciadainformacao/search.php?op=search&query=compet%EAncias&limit=title.>. Acesso em 13 setembro. 2007.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. O processo de transferência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v.8, n.2, p.112-138,1979.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 58-67, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a07v35n2.pdf> . Acesso em: 22 maio 2007.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. O Profissional da informação sob o prisma de sua formação. In: VALENTIM, Marta Lúcia Pomim (Org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. cap.2.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria Executiva. **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília, 2004.

LÓCIO, Airson Bezerra. Plano de desenvolvimento sustentável da bacia do Rio São Francisco e do semi-árido nordestino. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO, 2., 2000, Mossoró. **Anais...** Mossoró: UERN, 2000, p. 89-107.

MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2000.

MENDES, Benedito Vasconcelos. A realidade sócio-ambiental no semi-árido nordestino. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO, 2., 2000, Mossoró. **Anais...** Mossoró: UERN, 2000. p. 21-22.

MILANESI, Luís. Públicos e uso da Informação. In: _____ . **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. cap.5.

MORAES, Jeni Melo de. **Gestão ambiental e participação comunitária no combate à desertificação**: o caso das comunidades da bacia do Rio Cobra. 2006. 93 f. Monografia (Especialização em Gestão de Recursos Hídricos)- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Universidade Federal de Alagoas, Sergipe, 2006.

MORAIS, Maria Arisneide de; NUNES, Wânia Pereira. **Projeto Núcleo de Desenvolvimento Sustentável de Combate à Desertificação**: informações para um diagnóstico da área (aspectos sócio-econômicos e culturais): Comunidade de Cachoeira - Parelhas/RN. [S.l.: s.n.], 2005.

_____. **Projeto Núcleo de Desenvolvimento Sustentável de Combate à Desertificação:** informações para um diagnóstico da área (aspectos sócio-econômicos e culturais): Comunidade Juazeiro - Parelhas/RN. [S.l.: s.n.], 2004.

_____. **Projeto Núcleo de Desenvolvimento Sustentável de Combate à Desertificação:** informações para um diagnóstico da área (aspectos sócio-econômicos e culturais): Comunidade Santo Antônio da Cobra - Parelhas/RN. [S.l.: s.n.], 2004.

MORIGI, Valdir José; VANZ, Samile Andréa de Souza; GALDINO, Karina. O Bibliotecário e suas práticas na construção da cidadania. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v.7, n.2, p.134-147, 2002. Disponível em:
<<http://www.acbsc.org.br/revista/ojsA/iewarticle.php?id=88&layout=html>>. Acesso em: 21 set. 2007.

NÉRI, Ângelo Custódio et al. Reflexões sobre a formação continuada dos professores na perspectiva da educação para a convivência com o semi-árido. In: REDE DE EDUCAÇÃO PARA O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO. Secretaria Executiva. **Educação para a convivência com o Semi-Árido:** reflexões teórico-práticas. Juazeiro, 2004. p.79-91.

OLIVEIRA, Cirlene Maciel de. **Biblioteca escolar:** um instrumento essencial à educação. 2002.49 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia)- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

RAMOS, Paulo Baltazar. A gestão na organização de unidades de informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v.25, n.1, 1996. Disponível em:
<<http://www.ibic.br/denriadainformacao/viewarticle.php?id=526&layout=abstract>> Acesso em: 06 ago. 2007.

REIS, Edmerson dos Santos. Desafios e bases para a construção de uma nova política de gestão educacional no Semi-Árido brasileiro e no Brasil. In: REDE DE EDUCAÇÃO PARA O SEMI-ÁRIDO BRASILEIRO. Secretaria Executiva. **Educação para a convivência com o semi-árido:** reflexões teórico-práticas. Juazeiro, 2004. p.67-75.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Recursos Hídricos. **Água de beber** o novo curso das águas. Natal: HB Comunicação, 2005.

ROCHA, Maria Perrone Campos. A questão cidadania na sociedade da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n.1, p. 40-45, jan./abr.2000. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652000000100004&script=sci_arttext&tíng=pt>. Acesso em: 24 ago. 2007.

RODRIGUES, Valdemar; MATALLO JÚNIOR, Heitor. A desertificação e a implementação de uma estratégia para seu combate. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO, 2., 2000, Mossoró. **Anais...** Mossoró: UERN, 2000. p. 319-321.

RODRIGUES, Waldemar. Os múltiplos semi-áridos. **Revista Conviver Nordeste Semi-Árido**, Fortaleza, n.2, p.53, jan./mar. 2004.

- SOUSA FILHO, Antônio Genésio de et al. **O bibliotecário na sociedade da informação e do conhecimento: habilidades e competências requeridas.** 2006. Disponível em: <<http://www.snbu2006.ufba.br/soac/viewpaper.php?id=432>> . Acesso em: 23 maio 2007.
- SOUZA, Ivânia Paula Freitas de; REIS, Edmerson dos Santos (Orgs.). **Educação para a convivência com o semi-árido: reencantando a educação com base nas experiências de Canudos, Uauá e Curaçá.** São Paulo: Peirópolis, 2003.
- TRAJANO, Vânia Apolônio de. **Um olhar sobre as comunidades rurais de Juazeiro, Cachoeira e Santo Antônio da Cobra no município de Parelhas: elementos para análise de processos de desertificação.** 2005. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DEPARTAMENTO DE BIBLIOTECONOMIA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

APÊNDICE – A

FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA

PESQUISA DE CAMPO NAS COMUNIDADES DE CACHOEIRA, JUAZEIRO E SANTO ANTÔNIO DA COBRA, MUNICÍPIO DE PARELHAS/RN SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ACESSO À INFORMAÇÃO E A IMPLANTAÇÃO DE BIBLIOTECAS

EM RELAÇÃO AO ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

1. Na comunidade, são bem divulgadas informações à respeito dos impactos ambientais provocados? _____

2. Como é o acesso à informação na comunidade? _____

3. Em se tratando da indústria ceramista, deveria haver nessa região uma maior conscientização sobre os impactos ambientais? _____

4. É importante cuidar do meio ambiente? _____

5. Na comunidade, é discutido questões sobre as conseqüências da desertificação? _____

6. A comunidade participa de projetos educacionais? _____

7. Quais os principais problemas ambientais? _____

8. Quais as principais atividades produtivas? _____

9. O que gostaria que fosse feito para melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem nas comunidades? _____

10. O que gostaria que fosse feito para melhorar o acesso às informações nessa região? _____

QUANTO À IMPORTÂNCIA DE UMA BIBLIOTECA

1. Nas comunidades, é sentida a necessidade de uma estrutura de uma biblioteca? _____

2. A implantação de bibliotecas nessa região melhoraria o problema de acesso às informações? _____

3. Como gostaria que fosse estabelecido o horário de funcionamento? _____

4. Em relação à estrutura física da biblioteca, como gostaria que esta fosse? _____

5. Em relação ao acervo, que tipos de materiais gostariam que constituísse? _____

6. É importante para a biblioteca ter computadores para a realização de trabalhos escolares e pesquisas? _____

7. Qual o melhor local para a instalação dessas bibliotecas? _____

8. Que tipos de atividades gostaria que fossem desenvolvidas pela biblioteca? _____

9. Qual o perfil sugerido para trabalhar na biblioteca? _____

10. Em relação ao período de empréstimo de material, qual o tempo que gostaria que fosse estabelecido? _____

ANEXO

ANEXO A - Termo de Cooperação Técnica e Científica de criação do Núcleo de Desenvolvimento Sustentável (NUDES)



Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Procuradoria-Geral de Justiça

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA Nº 004/2004, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE/ O GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE, A ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ, O DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS, O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) E A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO SERIDÓ (ADESE), OBJETIVANDO A CRIAÇÃO DE UM PROGRAMA DE COMBATE E CONTROLE AOS EFEITOS DA DESERTIFICAÇÃO, DENOMINADO DE NUDES – NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, doravante denominado **Ministério Público**, Órgão da Administração Estadual, situado na Rua Senador Georgino Avelino, nº 904, Tirol, inscrito no CNPJ/CGC sob o nº 08.539.710/0001-04, neste ato representado pelo Senhor Procurador Geral de Justiça, **Dr. Fernando Batista de Vasconcelos**, carteira de identidade nº 667.649 SSP/RN, CPF nº 406586004-00, residente e domiciliado em Natal/RN, o **GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, daqui por diante denominado **Governo Estadual**, com sede

no Centro Administrativo do Estado, Av. Senador Salgado Filho, s/n, Lagoa Nova - Natal/RN, inscrito no CNPJ/CGC sob o nº 08241739/0001-05, representado neste ato pela sua Governadora, a **Prof. Wílma Maria de Farias**, residente e domiciliada em Natal/RN, o **INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS**, doravante denominado **IBAMA**, Órgão da Administração Federal, situado na Av. Alexandrino de Alencar, 1339, Tirol - Natal/RN, inscrito no CNPJ/CGC sob o nº 03659166/0018-50 neste ato representado por seu Gerente Executivo Substituto no Estado do Rio Grande do Norte, **Dr. Israel Gomes de Assis**, carteira de identidade nº 1.471.323 SSP/PE, CPF nº 280.938.604-87, residente e domiciliado em Parnamirim/RN, a **UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**, doravante denominada **UFRN**, autarquia de regime especial, situada na Av. Senador Salgado Filho, nº 3000, Campus Universitário, Lagoa Nova, inscrita no CNPJ/CGC sob o nº 24.365.710/0001-83, neste ato representado pelo seu Magnífico Reitor, Prof. José Ivonildo do Rego, carteira de identidade nº 142.720 IMELE/RN, CPF nº 055.859.454-92, residente e domiciliado em Natal/RN, **ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE MOSSORÓ**, doravante denominada de **ESAM**, Autarquia Estadual, situada no Km 47 da Br 110, Bairro Presidente Costa e Silva - Mossoró/RN, inscrita no CNPJ/CGC 24.529.265/0001-40, neste ato representado por seu Diretor, Prof. Josivam Barbosa Meneses, carteira de identidade nº 593.729 SSP/RN, CPF nº 356.860.304-72, residente e domiciliado em Mossoró/RN, **DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS**, doravante denominado de **DNOCS**, Autarquia Federal, situado na Av. Duque de Caxias, 1700 - Centro - Fortaleza/CE, inscrita no CNPJ/CGC 00.043.711/0001-43, neste ato representado por seu Diretor Eudoro Walter de Santana, carteira de identidade CREA 700-D nº 2249/CE, CPF 001.522.423-68, residente em Fortaleza/CE, e a **AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO SERIDÓ**, doravante denominada de **ADESE**, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, situada na rua José Evaristo Medeiros, 800 - Penedo - Caicó/RN, inscrito no CNPJ/CGC sob o nº 04.634.516/0001-49, neste ato representado por Fernando Antô-nio Bezerra, carteira de identidade nº 970195 SSP/RN, CPF nº 785 179 234 72, residente e domiciliado em Natal/RN, resolvem celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA**, de acordo com as normas contidas na Constituição Federal, Lei nº 8.666, de 21.06.93, e suas alterações, no que couber, no Decreto nº 93.872, de 23.12.86, bem como na Instrução Normativa nº 01, de 15.01.97, da Secretaria do Tesouro Nacional, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente **Termo de Cooperação Técnica e Científica** tem por objetivo implantar uma estratégia para o combate e controle do processo de desertificação no Estado do Rio Grande do Norte, a partir da criação de uma área-piloto, denominada de NUDES - Núcleo de Desenvolvimento Sustentável - onde primeiramente serão desenvolvidas ações conjuntas pelos signatários deste termo, de modo a poder integrar os diversos recursos materiais e humanos existentes, bem como toda a experiência e conhecimento adquiridos sobre o tema. Além disso, com o desenvolvimento do primeiro NUDES, será possível estender os resultados práticos nele obtidos para outras áreas.

Cláusula Segunda - DAS OBRIGAÇÕES DOS COLABORADORES

As ações decorrentes do presente Termo serão coordenadas pela Secretaria de Recursos Hídricos - SERHID - visando a promover uma maior integração de todos recursos empregados no projeto e permitir o desenvolvimento das demais atividades previstas na cláusula anterior, cabendo:

Subcláusula primeira - DOS COMPONENTES DE ATUAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DO GOVERNO ESTADUAL:

COMPONENTE 1

Suporte Institucional

COORDENAÇÃO

SERHID

CONCEITO

Componente de atuação do projeto de controle da desertificação voltado para a coordenação institucional do NUDES. **OBJETIVO**

Promover o fortalecimento e a articulação institucional intersetorial visando a minimizar os conflitos entre diferentes políticas e projetos de desenvolvimento do Estado.

AÇÕES

- 1 - Fortalecimento de políticas, planos e programas setoriais relacionados com a questão da desertificação, estabelecendo mecanismos políticos-institucionais que assegurem a realização de parcerias e co-responsabilidades entre o Estado e as organizações da sociedade;
- 2 - Criar e apoiar instrumentos que permitam o acompanhamento, por parte da sociedade civil, da implantação da política e de programas de combate à desertificação;
- 3 - Estabelecer com eficiência e eficácia a convergência das ações das instituições envolvidas com o objetivo deste instrumento; e
- 4 - Propor dispositivos normativos, no âmbito dos fóruns afins, para o estímulo do uso sustentado dos recursos naturais das áreas susceptíveis à desertificação.

COMPONENTE 2

Uso sustentável e recuperação dos recursos naturais

COORDENAÇÃO

SAPE

CONCEITO

Capacitação gerencial e técnica de pessoal e a gestão sustentável de recursos naturais em áreas sujeitas à desertificação. *OBJETIVO*

Formação e capacitação de pessoal para atuar na pesquisa, controle e recuperação das áreas em processo de desertificação, bem como colaborar com demais atividades ligadas a essa atividade. *AÇÕES*

- 1 - Promover a capacitação de pessoal dos setores governamentais e não-governamentais na prevenção e controle da desertificação, através de atividades sustentáveis;
- 2 - Desenvolver ações de recuperação de áreas degradadas, promovendo sistemas agroflorestais e o incentivo à atividades alternativas de uso sustentável dos recursos naturais;

- 3 - Estudar e negociar, em conjunto com outros Órgãos e com a comunidade, propostas de infra-estrutura hídrica, compatíveis com as características da área;
- 4 - Incentivar a diversificação de atividades produtivas geradoras de ocupação e renda nas áreas do projeto piloto; e
- 5 - Promover a recuperação das áreas de reserva legal e áreas de preservação permanente, mediante processos educacionais.

COMPONENTE 3 Avaliação e Monitoramento

COORDENAÇÃO IDEMA

CONCEITO

Componente de atuação voltado para a avaliação e monitoramento da situação da desertificação no NUDES. OBJETIVO

Promover a avaliação e o monitoramento sistemático do comportamento dos indicadores do processo de desertificação. AÇÕES

- 1 - Elaborar estudos e propostas para a gestão de bacias hidrográficas visando ao controle dos processos de desertificação, tendo como base a área do NUDES;
- 2 - Aprofundar a caracterização das áreas susceptíveis à desertificação e definição de indicadores específicos do processo no Rio Grande do Norte; e
- 3 - Atualizar e manter atualizada a base de dados existente sobre a situação dos recursos florestais no NUDES.

COMPONENTE 5

Educação e Capacitação Técnica para Gestão Ambiental

COORDENAÇÃO IDEMA

CONCEITO

Formação e capacitação técnica para gestão ambiental em áreas submetidas ao processo de desertificação. OBJETIVO

Desenvolver e implementar um programa de educação ambiental e um programa de capacitação técnica de gestão ambiental voltadas para pesquisa, controle, recuperação das áreas e processo de desertificação. AÇÕES

- 1 - Promoção, através de recursos educacionais (encontros pedagógicos, oficinas, mini cursos, etc), um processo de reflexão crítica com a comunidade, sobre o uso sustentável dos recursos naturais na caatinga;
- 2 - Capacitação de professores e lideranças locais para atuarem como agentes multiplicadores na comunidade, trabalhando não só a redução, mas a prevenção dos impactos ambientais;
- 3 - Desenvolver metodologias voltadas para a sensibilização da comunidade, que permitam reconhecer a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento da região, bem como identificar os limites de sua exploração;
- 4 - Estabelecer parcerias e articulações institucionais, visando criar alternativas que aliem a sustentabilidade ambiental, com a social e a econômica; e
- 5 - Essa proposta a ser desenvolvida por técnicos do IDEMA com o apoio de outras instituições governamentais e não governamentais, mas, comunidades, já referidas anteriormente, se constitui em um desafio, pois pretende construir, coletivamente, novas visões e atitudes sobre a sustentabilidade sócio-ambiental no ecossistema.

COMPONENTE 7

Geração de emprego e renda

COORDENAÇÃO

SEAS

CONCEITO

Componente de atuação voltado para a criação de emprego e de renda nas comunidades pertencentes ao NUDES, como forma alternativa para as atuais atividades econômicas que provocam o fenômeno da desertificação.

OBJETIVO

Promover a adoção de medidas que substituam ou aperfeiçoem as atividades econômicas hoje realizadas nas comunidades do NUDES, no sentido de combater as causas da desertificação, minimizando seus efeitos. AÇÕES

- 1 - Financiar projetos coletivos de infra-estrutura hídrica que venham contribuir para combater o processo de desertificação da região do Seridó;
- 2 - Financiar projetos de geração de ocupação e renda, de natureza coletiva, que assegurem a melhoria na qualidade de vida das famílias e grupos de trabalhadores e comunitários e que não agridam o meio ambiente;
- 3 - Financiar projetos de tecnologia alternativa que contribuam para evitar a desertificação da região do Seridó; e
- 4 - Financiar projetos de ocupação e renda, discutidos pelas comunidades e que observe vocação e as potencialidades locais.

Subcláusula segunda - DOS COMPONENTES DE ATUAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

- 1 - Convocar os proprietários rurais da área do NUDES para, na via judicial ou extrajudicial, delimitar e averbar no cartório de registros públicos competente a área de reserva legal, em conformidade com o Código Florestal (Lei 4.771/65) e demais disposições normativas vigentes, para a preservação ou restauração da cobertura vegetal nela inserida; e
- 2 - Convocar os proprietários de imóveis onde estão localizadas áreas de preservação permanente (APP), de acordo com Código Florestal (Lei 4.771/65) e demais disposições normativas vigentes, em estado de degradação, para, na via judicial ou extrajudicial, promover a sua restauração.

Subcláusula terceira - DOS COMPONENTES DE ATUAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DA UFRN:

COMPONENTE 4

Organização de Informações e Comunicação

COORDENAÇÃO

UFRN

CONCEITO

Fortalecimento da comunicação e fluxo de informação sobre a desertificação.

OBJETIVO

Criação de uma rede de informação e documentação em desertificação com as instituições que trabalham em pesquisa e/ou geração de informação relevante para o tema. **AÇÕES**

- 1 - Levantar, manter atualizadas e intercambiar informações sobre o estado da desertificação no semi-árido potiguar;
- 2 - Criar uma rede estadual de informação sobre processo de desertificação, englobando a documentação referente a clima, solos, vegetação, aspectos sociais e econômicos, seca e tecnologias apropriadas e ambientalmente sustentáveis;
- 3 - Implementar e manter um banco de dados com informações sobre a situação da desertificação no Estado;
- 4 - Implantar e manter banco de dados sobre instituições e pesquisadores que trabalham com a temática em níveis nacional e internacional;
- 5 - Criar mecanismos sistemáticos de divulgação das informações relevantes em desertificação, através da rede ou em colaboração com outros órgãos; e
- 6 - Apoiar e participar de atividades que visem o desenvolvimento de metodologias e indicadores para a avaliação e monitoramento da desertificação.

Subcláusula quarta - DOS COMPONENTES DE ATUAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DA ADESE:

COMPONENTE 6

Sustentabilidade das Atividades Produtivas

COORDENAÇÃO

ADESE

CONCEITO

Componente de atuação voltado para a coordenação das atividades do NUDES, objetivando capacitar e incentivar a sustentabilidade das atividades produtivas. **OBJETIVO**

Promover a adoção de medidas que garantam a sustentabilidade das atividades econômicas nas áreas susceptíveis e de ocorrência do processo de desertificação. **AÇÕES**

- 1 - Apoiar a sensibilização da população local para o NUDES;
- 2 - Realizar 02 (duas) oficinas de trabalho educativo focalizando a necessidade de preservação do meio ambiente, suscitando novos meios de utilização da mão-de-obra existente e utilização de árvores nativas para consumo humano e animal;
- 3 - Participar da avaliação do projeto; e
- 4 - Apoio logístico, disponibilizando o escritório em Caicó às instituições envolvidas no projeto.

Subcláusula quinta - DOS COMPONENTES DE ATUAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DO IBAMA:

- 1 - Propiciar o aporte técnico-científico em relação às práticas agroecológicas e silvopastoril centrado no manejo sustentado de caatinga e aporte técnico e metodológico na formação de gestores ambientais.

2 - Prestar orientação técnica sobre legislação ambiental no que concerne ao licenciamento para o desmatamento, reserva legal e áreas de preservação permanente.

Subcláusula sexta - DOS COMPONENTES DE ATUAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DO DNOCS:

- 1 - Desenvolver ações de ativação dos potenciais hídricos superficiais e subterrâneos através da execução de obras de acumulação e de perfuração de poços nas áreas do NUDES.
- 2 - Aproveitar as águas acumuladas em projetos de irrigação e piscicultura no NUDES; e
- 3 - Desenvolver ações relacionadas à condução do processo de mobilização dos agricultores prestando orientações técnicas à comunidade nos segmentos da irrigação e da piscicultura.

Subcláusula sétima - DOS COMPONENTES DE ATUAÇÃO E DAS OBRIGAÇÕES DA ESAM:

- 1 - Disponibilizar professores e pesquisadores para fornecer elementos técnico-científico ao NUDES; e
- 2 - Fornecer conhecimento técnico disponível para auxiliar na condução do projeto.

Cláusula Terceira - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DOS PARTÍCIPIES

São obrigações comuns dos partícipes:

- 1 - Zelar pelo cumprimento das obrigações estabelecidas no presente instrumento;
- 2 - Dirimir as dúvidas e resolver os casos omissos no tocante às atribuições específicas de cada parte;
- 3 - Acompanhar e avaliar periodicamente, as ações do presente Termo, indicando, quando necessário, as correções no curso das mesmas;

4 - Orientar, supervisionar, fornecer informações e cooperar técnica, entre si, objetivando uma perfeita interação, para a execução das ações decorrentes do presente Termo; e

5 - Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária dos seus servidores na execução do presente Termo.

Cláusula Quarta - DA AUSÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO

A realização das atividades previstas não acarretará, para os profissionais envolvidos, vínculo empregatício de qualquer natureza em relação às partes signatárias do presente Termo de Cooperação.

Cláusula Quinta - DO ACOMPANHAMENTO

As atividades desenvolvidas serão acompanhadas mediante reuniões de interlocução entre as diversas instâncias das instituições colaboradoras, conforme necessidades específicas.

Cláusula Sexta - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Instrumento será de 2 (dois) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, prorrogando-se automaticamente e por prazo indeterminado se não for revogado pelas partes signatárias.

Cláusula Sétima - DA PUBLICAÇÃO

O MP/RN providenciará, à sua conta, a publicação deste Termo de Cooperação Técnica, em extrato no Diário Oficial do Estado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar do 5º dia do mês subsequente ao da sua assinatura, nos termos do parágrafo único do art. 61, da Lei nº 8.666, de junho de 1993 e suas alterações.

Cláusula Oitava - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

Os colaboradores podem denunciar ou rescindir, a qualquer tempo, o presente Termo de Cooperação, sendo-lhes imputadas às responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

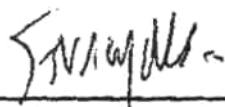
Parágrafo único: O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, em comum acordo entre os colaboradores ou por inadimplência de quaisquer de suas cláusulas ou condições, mediante notificação escrita, com antecedência de 30 (trinta) dias, e de conformidade com a legislação em vigor.

Cláusula Nona - DO FORO

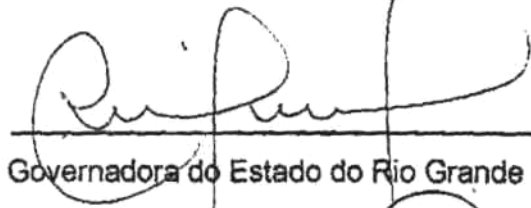
Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária Federal do Rio Grande do Norte, para dirimir litígios oriundos deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza entre si os legítimos efeitos de direito, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

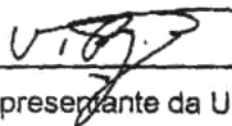
Natal/RN, em 17 de junho de 2004



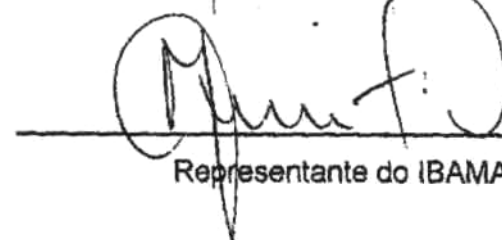
Procurador-Geral de Justiça



Governadora do Estado do Rio Grande do Norte



Representante da UFRN



Representante do IBAMA



Representante da ADESE



Representante do DNOCS

Junius Xavier de Oliveira Tello
Representante da ESAM

1 - _____

CPF:

RG:

2 - _____

CPF:

RG: